



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Dados do Processo

Processo: 202040600875	Distribuição: 19/08/2020
Número Único: 0033616-92.2020.8.25.0001	Competência: Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito
Classe: Procedimento Comum	Fase: POSTULACAO
Situação: Andamento	Processo Principal: *****
Processo Origem: *****	

Assuntos

- DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Partes e Procuradores - Assistência Judiciária Gratuita
- DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Seguro Obrigatório - Invalidez

Dados das Partes

Requerente: CELIO MAURICIO SILVA
Endereço: Rua Lenio de Moura Moraes
Complemento: COND. RESID. PRAIA DO NORDESTE - BL. 18 - AP. 02
Bairro: Farolândia
Cidade: Aracaju - Estado: SE - CEP: 49031040
Requerente: Advogado(a): EDNALDO BEZERRA DA SILVA JUNIOR 11154/SE
Requerido: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.
Endereço: RUA SENADOR DANTAS
Complemento: 5º ANDAR
Bairro: CENTRO
Cidade: RIO DE JANEIRO - Estado: RJ - CEP: 20031205
Requerido: Advogado(a): KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ 2592/SE



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Processos Apensados:

--

Processos Dependentes:

--



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600875

DATA:

19/08/2020

MOVIMENTO:

Distribuição

DESCRIÇÃO:

Registro eletrônico de Processo Judicial sob nº 202040600875, referente ao protocolo nº 20200819150503329, do dia 19/08/2020, às 15h05min, denominado Procedimento Comum, de Assistência Judiciária Gratuita, Invalidez.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA ____ VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARACAJU/SE

CÉLIO MAURICIO SILVA, brasileiro, solteiro, assistente comercial, portador do RG nº 21442568, inscrito no CPF nº 006.802.315-44, residente e domiciliado na Rua Lenio de Moura Moraes, 155, Bloco 22, apto 301, Bairro Farolândia, Aracaju/SE, CEP 49131-040, por seu procurador signatário, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, propor a presente:

AÇÃO DE COBRANÇA

em face da **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, pessoa jurídica de Direito Privado, CNPJ: 09.248.608/0001-04, com sede na Rua Senador Dantas, N.º 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-205, pelos motivos de fato e de direito que passa a expor:

I. DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA:

A parte autora é hipossuficiente, labora como assistente comercial, é pessoa humilde, assim, não dispõe de condições financeiras para arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem que com isso incorra em prejuízo ao seu sustento e ao de sua família.

Dessa forma, faz-se necessário conceder e desde já se requer, a concessão do benefício da GRATUIDADE DA JUSTIÇA, com base no que vaticina a Lei nº 1.060/50, art. 98 e seguintes do NCPC, uma vez que o indeferimento de tal benefício impedirá a parte demandante de ter acesso à justiça.

II. DOS FATOS:

A parte autora relata que no dia 18 de Agosto de 2017, conforme consta no registro de ocorrência policial, sofreu acidente de trânsito, que conduzia a motocicleta modelo HONDA/BROS NXR, placa NVJ-8961/SE, pela Avenida Josino Jose de Almeida, sentido SUL/NORTE, pela faixa da esquerda, teve uma discussão de trânsito, onde um motorista de um veículo branco de modelo e marca desconhecida começou a segui-lo e buzinar, ameaçando derrubá-lo, conta ainda que por várias vezes tentou mudar de faixa, até que o condutor do veículo o acertou na traseira da motocicleta, vindo a cair na pista de rolamento. Do evento resultou lesões no demandante consideravelmente graves que necessitam de perícia médica para análise da gravidade, tendo a principal sido uma fratura no tornozelo direito e escoriações por todo o corpo.

Posteriormente ao fato, o requerente foi encaminhado para atendimento médico, por uma equipe do SAMU e encaminhado para o hospital de Primavera tudo em virtude da gravidade dos ferimentos.

Portanto, possuindo direito assegurado em Lei, o segurado buscou amparo através de pedido de indenização junto à SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT. Juntamente com os documentos pertinentes, legalmente previstos e que são costumeiramente solicitados pela ré,



requerendo administrativamente a quantia a que faz jus em decorrência do Seguro Obrigatório (DPVAT/INVALIDEZ), o requerente teve seu pedido cadastrado conforme o **protocolo de entrega de documentos em anexo**.

Certo do recebimento da indenização em conformidade com a gravidade de sua invalidez, a parte autora aguardou resposta da ré, tamanha fora a surpresa desta quando informada pela seguradora que **seu pedido de indenização foi pago em valor menor a qual realmente teria direito em razão da gravidade da sua sequela**, sendo então necessário a realização de perícia para tal constatação.

Ou seja, todos os documentos médicos levam ao entendimento de que foram consideráveis as perdas funcionais e dificuldades físicas remanescentes, porém, a parte ré nega, sumariamente, a análise dos mesmos, adotando entendimento diverso do claramente previsto na legislação que trata do tema.

Dessa forma, resta claro que fora buscado através de procedimento administrativo solucionar a questão e receber a indenização correta, porém, tudo foi em vão, não havendo outra forma do demandante alcançar o seu direito a não ser com a intervenção judicial, através da quantificação do valor devido e consequente condenação da ré ao pagamento deste.

III. DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS:

Tem-se que a parte autora ajuizou a presente ação fundada no direito assegurado pela Lei nº LEI Nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, prevendo esta a indenização por danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre.

O seguro DPVAT, comumente conhecido como seguro obrigatório, cumpre importante função social, dando um amparo mínimo às pessoas vítimas de acidente de trânsito. Foram os riscos existentes no trânsito que obrigaram o legislador a estabelecer uma espécie de seguro.

A Lei 6.194/1974 instituiu no sistema jurídico brasileiro o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT. Posteriormente, a Lei 8.441/1992 veio ampliar a indenização, com o intuito de torná-la mais compatível com o fim ao qual se destina.

Importante citar trecho encontrado no próprio site da demandada in verbis:

O Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, mais conhecido como Seguro DPVAT, existe desde 1974. É um seguro de caráter social que indeniza vítimas de acidentes de trânsito, sem apuração de culpa, seja motorista, passageiro ou pedestre. O DPVAT oferece coberturas para três naturezas de danos: morte, invalidez permanente e reembolso de despesas médicas e hospitalares (DAMS).

A atual responsável pela administração do Seguro DPVAT é a Seguradora Líder-DPVAT, que tem o objetivo de assegurar à população, em todo o território nacional, o acesso aos benefícios do Seguro DPVAT.

O pagamento da indenização é feito em conta corrente ou poupança da vítima ou de seus beneficiários, em até 30 dias após a apresentação da documentação necessária. O valor da indenização é de R\$ 13.500 no caso de morte e de até R\$ 13.500 nos casos de invalidez permanente, variando conforme o grau da invalidez, e de até R\$ 2.700 em reembolso de despesas médicas e hospitalares comprovadas. O prazo para solicitar a indenização por Morte é de até 3 anos contados da data do óbito. Para despesas médicas



(DAMS): a contagem do prazo prescricional se inicia a partir da data do acidente. No caso de indenização por Invalidez Permanente este prazo é de 3 anos a contar da ciência da Invalidez Permanente pela vítima.

Os recursos do Seguro DPVAT são financiados pelos proprietários de veículos, por meio de pagamento anual. Do total arrecadado, 45% são repassados ao Ministério da Saúde (SUS), para custeio do atendimento médico-hospitalar às vítimas de acidentes de trânsito em todo país. 5% são repassados ao Ministério das Cidades (DENATRAN), para aplicação exclusiva em programas destinados à prevenção de acidentes de trânsito. Os demais 50% são voltados para o pagamento das indenizações e reservas.

Sendo assim Excelência, fazem jus ao recebimento de indenização coberto pelo seguro DPVAT, todas as vítimas de acidente de trânsito que se enquadrem nas hipóteses previstas no art. 3º da Lei 6.194/74.

Cite-se o art. 3º do referido diploma legal in verbis:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Em consonância com a Lei e enquadrando-se no caso em tela, importante se faz mencionar, Jurisprudência do Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado, deixando evidente e indiscutível o direito ao qual pleiteia a demandante:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. INVALIDEZ PERMANENTE. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DEVIDA. GRADUAÇÃO DA INVALIDEZ. 1. Demonstrada a ocorrência do acidente e da invalidez permanente da parte autora, nos termos do art. 5º, caput, da Lei nº 6.194/74, é devida a indenização securitária. 2. Graduação da invalidez. Mostra-se necessária a graduação da invalidez para fins de cobrança do seguro obrigatório DPVAT. Questão pacificada em razão do julgamento do REsp 1.246.432, submetido ao regime dos Recursos Repetitivos (art. 543-C do Código de Processo Civil) e Súmula 474 do STJ. 3. Complementação de indenização devida, considerando o grau de invalidez apurado na perícia judicial e o pagamento administrativo realizado. 4. Correção monetária incidente a partir do pagamento administrativo. Sentença reformada, no ponto. 5. Distribuição da sucumbência mantida, considerado o decaimento das partes. APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA. (Apelação Cível Nº 70069102705, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 29/06/2016). (grifou-se).

APELAÇÃO. SEGUROS. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). INDENIZAÇÃO PAGA NA VIA ADMINISTRATIVA. COMPLEMENTAÇÃO DEVIDA. Presente prova de que a extensão das lesões é superior ao constatado na perícia administrativa, imperiosa se faz a complementação da indenização securitária decorrente do seguro obrigatório DPVAT. Precedentes. APELO DESPROVIDO. UNÂNIME.



(Apelação Cível Nº 70067253906, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Rinez da Trindade, Julgado em 07/04/2016). (grifou-se).

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. INVALIDEZ PERMANENTE. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DEVIDA. GRADUAÇÃO DA INVALIDEZ. 1. Demonstrada a ocorrência do acidente e da invalidez permanente da parte autora, nos termos do art. 5º, caput, da Lei nº 6.194/74, é devida a indenização securitária. 2. Graduação da invalidez. Mostra-se necessária a graduação da invalidez para fins de cobrança do seguro obrigatório DPVAT. Questão pacificada em razão do julgamento do REsp 1.246.432, submetido ao regime dos Recursos Repetitivos (art. 543-C do Código de Processo Civil) e Súmula 474 do STJ. 3. Complementação de indenização devida, considerando o grau de invalidez apurado na perícia e o pagamento administrativo realizado. 4. Descabida correção do valor da indenização do seguro DPVAT. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO, EM DECISÃO MONOCRÁTICA. (Apelação Cível Nº 70066950957, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 10/02/2016) (grifou-se).

Dessa forma, comprovado o acidente de trânsito, restando o demandante com lesões que lhe causaram invalidez parcial permanente, é incontestável o direito do mesmo ao recebimento de indenização correspondente ao grau de sua invalidez, conforme entendimento do Respeitável Superior Tribunal de Justiça in verbis:

Súmula 474

“A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”

Para tanto, conforme tabela abaixo, faz-se necessário o correto enquadramento da invalidez acometida pela parte autora, procedimento este a ser alcançado através de perícia médica a ser designada por Vossa Excelência.

Ante o exposto, em consonância com o previsto na lei 6.194/74, merece acolhimento o pleito autoral, a fim de que seja condenada a parte ré ao pagamento de indenização do seguro DPVAT à parte autora, montante este a ser quantificado através da avaliação dos documentos médicos juntados aos autos e realização de eventual perícia médica. Ainda, com valor corrigido pelo IGP-M a contar da data do sinistro.

3.2 DA POSSIBILIDADE DO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO NO CASO DE PAGAMENTO ATRASADO DO PRÊMIO

A negativa de pagamento por parte da ré, não encontra nenhum amparo legal, é aplicada em desacordo com a legislação que trata do assunto, bem como, vai de encontro a entendimento já sumulado pelo Egrégio Superior Tribunal de Justiça, ainda, contraria farta jurisprudência que trata do tema.

Cite-se os dispositivos da lei 6.194/74 e que claramente dão amparo à pretensão autoral:



Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

Art. 7º. A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei. (grifei).

Ainda, cite-se SUMULA 257 DO STJ:

A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização.

Ademais, cite-se entendimento do R. Tribunal de Justiça deste Estado:

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. PAGAMENTO ATRASADO DO PRÊMIO QUE NÃO IMPORTA EXCLUSÃO AUTOMÁTICA DA COBERTURA. SÚMULA N. 257 DO STJ. NEXO CAUSAL ENTRE O DANO E DESPESAS COMPROVADO. CORREÇÃO MONETÁRIA COM PREVISÃO NA SÚMULA N. 14 DAS TURMAS RECURSAIS. SENTENÇA QUE DETERMINOU CORREÇÃO MONETÁRIA A PARTIR DO INDEFERIMENTO ADMINISTRATIVO, O QUE, NA HIPÓTESE, EQUIVALE À DATA DO PAGAMENTO PARCIAL. RECURSO DESPROVIDO. (Recurso Cível Nº 71007740095, Quarta Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Luis Antonio Behrendsdorf Gomes da Silva, Julgado em 19/09/2018).

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. INVALIDEZ PERMANENTE. PAGAMENTO DO PRÊMIO. DESNECESSIDADE. SÚMULA 257 DO STJ. DESPESAS MÉDICAS. COMPROVAÇÃO. 1. Não é necessária a comprovação do pagamento do prêmio para a cobrança do seguro DPVAT. Inteligência da Súmula n. 257 do STJ. 2. Despesas médicas. O artigo 3º, III, da Lei n.º 6.194/74 estabelece que é devido o reembolso das despesas devidamente comprovadas. Comprovado o nexo causal entre o acidente narrado e os gastos médicos efetuados em quantia superior, deve ser determinado o ressarcimento. APELO DESPROVIDO. (Apelação Cível Nº 70078649712, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 26/09/2018) (grifei).

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. INVALIDEZ PERMANENTE. PAGAMENTO DO PRÊMIO. DESNECESSIDADE. SÚMULA 257 DO STJ. CORREÇÃO MONETÁRIA. DATA DO SINISTRO. 1. Não é necessária a comprovação do pagamento do prêmio para a cobrança do seguro DPVAT. Inteligência da Súmula n. 257 do STJ. 2. Correção monetária. Incidência desde a data do sinistro. Súmula n. 580 do STJ. APELAÇÃO DESPROVIDA. (Apelação Cível Nº 70078447521, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 26/09/2018) (grifei).

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. SÚMULA 257 DO STJ. FALTA DE PAGAMENTO DO PRÊMIO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIAS TERRESTRES (DPVAT). RECUSA DO PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO DESCABIDA. Trata-se de ação de cobrança, relativa à indenização do seguro obrigatório previsto na Lei nº 6.194/74 (DPVAT),



convertida na Lei nº 11.945/2009, julgada procedente na origem. A matéria trazida em grau recursal diz respeito tão somente a alegação de inaplicabilidade da Súmula 257 do STJ. O egrégio STJ, já consolidou o entendimento através da Súmula 257 do egrégio STJ, de que a falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização. Sentença mantida com a condenação da seguradora ao pagamento de indenização. APELAÇÃO DESPROVIDA (Apelação Cível Nº 70078371598, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Niwton Carpes da Silva, Julgado em 30/08/2018). (grifei).

Ante todo o exposto, em consonância com o previsto na lei 6.194/74, merece acolhimento o pleito autoral, a fim de que seja condenada a parte ré ao pagamento de indenização do seguro DPVAT à parte autora, independentemente do momento em que o prêmio do seguro foi quitado.

IV. DOS PEDIDOS:

ANTE O EXPOSTO, evidenciados o interesse e a legitimidade da parte autora para o ajuizamento da presente ação, bem assim a possibilidade jurídica do pedido e preenchidos todos os requisitos da petição Inicial, previstos no artigo 319 do Código de Processo Civil, REQUER:

4.1. Nos termos da Lei 1.060/50 e Art. 98 e seguintes do Código de Processo Civil, considerando que a parte autora não dispõe dos recursos para custear o processo, sem prejuízo do seu sustento ou de sua família, os benefícios da assistência judiciária gratuita;

4.2. Seja recebida a presente, cadastrada e conforme Art. 246 inc. I do Código de Processo Civil, determine-se a citação da demandada no endereço já citado no preâmbulo desta Ação, através de carta AR/MP na pessoa de seu representante legal, para vir responder, querendo, no prazo legal, a presente ação, sob pena de revelia, quando, então ao final, deverão ser julgados procedentes os pedidos;

4.2.1. Conforme previsão no Art. 319 VII do Código de Processo Civil, a parte autora desde já manifesta que não possui interesse na realização de audiência de conciliação;

4.3. Se digne Vossa Excelência em nomear perito, conforme art. 465 do Código de Processo Civil, a fim de que em conjunto com os documentos carreados aos autos, se quantifique o real valor devido à autora a título de indenização DPVAT;

4.4. Devidamente processado o feito, com o respeito ao devido processo legal, seja a presente ação julgada PROCEDENTE para:

4.4.1. Que se declare devido à parte autora o pagamento da indenização do seguro DPVAT – Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, com valor a ser quantificado após **realização de perícia médica.**

4.4.2. Condenar a demandada ao pagamento de indenização referente ao seguro DPVAT - INVALIDEZ, com valor a ser quantificado após realização de perícia técnica.

4.4.3. Condenar a demandada ao pagamento do reembolso de despesas médicas e hospitalares no valor de R\$ 180,00 (cento e oitenta reais), conforme nota fiscal em anexo.

4.4.4. Condenar a ré ao pagamento de custas judiciais e honorários advocatícios a serem arbitrados por Vossa Excelência;



5. Requer ainda, a produção de todos os meios de prova admitidos em lei, especialmente prova pericial, documental e outras que se fizerem necessárias no decorrer da instrução processual.

Dá-se a causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil quinhentos reais).

Termos em que,
pede deferimento.

Aracaju/SE 26 de Junho de 2020

Ednaldo Bezerra da Silva Júnior
OAB/SE 11.154



PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de mandato por mim abaixo assinado:

OUTORGANTE: **CÉLIO MAURICIO SILVA**, brasileiro, solteiro, assistente comercial, portador do RG nº 21442568, inscrito no CPF nº 006.802.315-44, residente e domiciliado na Rua Lenio de Moura Morais, 155, Bloco 22, apto 301, Bairro Farolândia, Aracaju/SE, CEP 49131-040. Constituo e nomeio os bastantes procuradores:

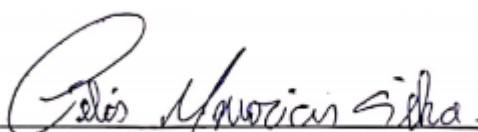
OUTORGADA: **EDNALDO BEZERRA DA SILVA JÚNIOR**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito nos quadros da OAB/SE 11.154 e **JOÃO MARCELO DE CAMPOS LIMA ROBERTINA**, brasileiro, advogado, inscrito nos quadros da OAB/PI 13.646, com endereço profissional na Av Augusto Maynard, 554, Sala 101; Pavimento 02, São Jose, Aracaju, SE, CEP 49015380.

OBJETO: representar o Outorgante, promovendo a defesa dos seus direitos e interesses, podendo, para tanto, propor quaisquer ações, medidas incidentais, acompanhar os processos administrativos e/ou judiciais em qualquer Juízo, Instância, Tribunal, ou Repartição Pública.

PODERES: Por este instrumento particular de procuração, constituo meus bastantes procuradores os outorgados, concedendo-lhe os poderes inerentes da cláusula *ad juditia et extra*, para o foro em geral, incluindo **AÇÕES INDENIZATÓRIAS**, podendo, portanto, promover quaisquer medidas judiciais ou administrativas, bem como em **SEGURADORAS**, assinar termo, oferecer defesa, direta ou indireta, interpor recursos, ajuizar ações e conduzir os respectivos processos, solicitar, providenciar e ter acesso a documentos de qualquer natureza, sendo o presente instrumento de mandato oneroso e contratual podendo substabelecer este a outrem, com ou sem reserva de poderes, dando tudo por bom e valioso, a fim de praticar todos os demais atos necessários ao fiel desempenho deste mandato.

PODERES ESPECÍFICOS: A presente procuração outorga os advogados acima descritos, os poderes especiais para receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, firmar compromissos ou acordos, receber valores, dar e receber quitação, receber e dar quitação, levantar ou receber RPV e ALVARÁS, pedir a justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica, em conformidade com a norma do artigo 105 da Lei nº: 13.105/2015.

Aracaju/SE, 26 de junho de 2020.


(OUTORGANTE)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
CÉLIO MAURICIO SILVA

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSORA
21442568 **SE**

CPF
006.802.315-44 **DATA NASCIMENTO**
11/07/1982

FILIAÇÃO
SEBASTIAO RODRIGUES
DA SILVA
MARIA DO CARMO SANTOS
SILVA

PERMISSÃO
ACC **CAT. HAB.**
AB

1ª REGISTRO
05397421535 **VALIDADE**
21/08/2021 **1ª HABILITAÇÃO**
06/01/2012

OBSERVAÇÕES
SEM OBSERVAÇÃO;

ASSINATURA DO PORTADOR
Celio Mauricio Silva

LOCAL
ARACAJU, SE **DATA DE EMISSÃO**
23/08/2016

ASSINATURA DO EMISSOR
Luiz de Azevedo Costa Neto **35650281593**
DIRETOR - PRESIDENTE **SE018418449**

DETRAN - SE (SERGIPE)

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1295087970

PROIBIDO PLASTIFICAR
1295087970

DEPAR
 COM

- ☐ Mudou-se
- ☐ Endereço Insuficiente
- ☐ Endereço Inexistente
- ☐ Endereço Desconhecido
- ☐ Recusou-se a receber
- ☐ Falecido
- ☐ Destinatário Desconhecido
- ☐ Outros

Data: ____/____/____
 Responsável pela informação:
 () Porteiro () Síndico () Morador
 Assinatura e número do entregador:



Com R\$ 1,00
 25-05-2011
 100% RUA SÃO CARLOS

3 496 3100 4009

00000000106786
PERICLES ENDRIW ANDRADE SILVA
 LENIO DE MOURA MORAIS 165
 BL 22 APTO 301
 FAROLANDIA
 49031-040 ARACAJUI/SE

10/06/2020



MATIX
 Avenida Francisco Figueiredo, 100
 Bairro: São Carlos - Aracaju/SE
 CEP: 49031-040
 Telefone: (71) 3400-1000
CLÍNICA SÃO CARLOS
 Rua: São Carlos, 100
 Bairro: São Carlos - Aracaju/SE
 CEP: 49031-040
 Telefone: (71) 3400-1000
CENTRO MÉDICO PLAMED
 Rua: São Carlos, 100
 Bairro: São Carlos - Aracaju/SE
 CEP: 49031-040
 Telefone: (71) 3400-1000
NOSSA SENHORA DO CARMO
 Rua: São Carlos, 100
 Bairro: São Carlos - Aracaju/SE
 CEP: 49031-040
 Telefone: (71) 3400-1000

f /plamedoficial | @plamed_saude | www.plamed.com.br | 4009 3100





GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA ESPECIALIZADA DE DELITOS DE TRÂNSITO - ARACAJU - SE

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 000088/2017

Data/Hora Início do Registro: 24/08/2017 13:58
Delegado de Polícia: Daniela Ramos Lima Barreto

DADOS DO REGISTRO
Data/Hora Fim: 24/08/2017 15:11



DADOS DA OCORRÊNCIA

Afeto: Delegacia Especializada de Delitos de Trânsito

Data/Hora do Fato: 18/08/2017 14:00

Local do Fato

Município: Aracaju
Logradouro: Avenida Ministro Geraldo Barreto Sobral
CEP: 49.025-090

Bairro: Jardins
Nº: 890-1108

Tipo do Local: Via Pública

Natureza	Meio(s) Empregado(s)	Lei Maria da Penha
1: Tentativa de Homicídio (Art. 121 - Caput - do CPB)	Veículo	Não

ENVOLVIDO(S)

Nome: JOÃO GUILHERME LOPES DE MENDONÇA MENDES (SUPOSTO AUTOR/INFRATOR)

Nome: CÉLIO MAURÍCIO SILVA (VÍTIMA, COMUNICANTE)

OBJETO(S) ENVOLVIDO(S)

Envolvido(a)	Grupo	Subgrupo	Descrição	Vínculo
Célio Mauricio Silva	Veículo	Motocicleta/Motoneta	Placa NVJ9861, Chassi 9C2KD0540CR520751	Proprietário
João Guilherme Lopes de	Veículo	Automóvel/Utilitário/Camio	Placa QKQ7251, Chassi 9BFZH55L5F8203305	Possuidor

RELATO/HISTÓRICO

Relata a vítima que conduzia a motocicleta Honda NXR Bros, placa NVJ-9861/SE, pela referida avenida Josino José de Almeida, sentido sul/norte, pela faixa da esquerda, e quando se aproximou do radar, próximo a ponte Gilberto Villanova, percebeu que um carro branco forçava a passagem, atrás do declarante; QUE não teve como dar passagem naquele momento, mas tão logo conseguiu espaço, passou para a faixa da direita, tendo então gritado para o motorista do carro: "passe por cima"; QUE nada mais fez, contudo, logo em seguida o trânsito ficou mais pesado e acabou passando pelo carro branco; QUE um pouco mais adiante, logo depois do viaduto do "Mergulhão", percebeu que o carro branco começou a segui-lo, mas não tinha certeza se era o mesmo carro QUE acelerou um pouco mais, pois, ficou com medo, saindo da faixa da direita para a faixa do meio; QUE nesse momento teve certeza que o condutor do carro iria fazer alguma manobra brusca porque ele também passou para a direita e começou a acelerar o carro, se aproximando cada vez mais do declarante, até o momento em que o atingiu a traseira da moto, o desequilibrando; QUE não lembra o que aconteceu em seguida, tendo recobrado a consciência quando estava caído no chão e um homem o estava ajudando; QUE acredita que ele seja da área da saúde, pois, ele estava com um estetoscópio preso ao pescoço; QUE este homem, inclusive, o acompanhou até o hospital; QUE foi atendido pelo SAMU e encaminhado ao hospital Primavera; QUE no hospital foi constatada escoriações pelo corpo e fratura no tornozelo direito.

ASSINATURAS

Carlos Rodrigo Ribeiro de Almeida
Responsável pelo Atendimento

Carlos Rodrigo Ribeiro de Almeida
Escrivão de Polícia Judiciária

Célio Mauricio Silva
Vítima

Célio Mauricio Silva
Comunicante



Delegado de Polícia Civil: Daniela Ramos Lima Barreto
Impresso por: Carlos Rodrigo Ribeiro de Almeida
Data de Impressão: 24/08/2017 15:13
Protocolo nº: Não disponível

Página 1 de 2

PPE - Procedimentos Policiais Eletrônicos

Paciente:	Celio Mauricio Silva	Dt entrada:	18/08/2017 15:08:44
Convênio:	Plamed Gold	Atendimento:	901114
Médico:	Ramsey Matos Couvre	Sector:	HP - Pronto Atendimento - Adulto

Data Liberação	Profissional	Tipo Justificativa	Prorrogação
18/08/2017 15:29:13	Ramsey Matos	Procedimento	

#9 Cirurgia Geral #9

Anamnese:

Paciente trazido pelo SAMU 192 em protocolo e com regulação prévia. Refere acidente moto x carro. Refere que fazia uso de capacete que foi ejetado. Relato de síncope pelo SAMU, nega vômitos. Nega alergias e comorbidades. No momento refere dor em escoriações, Perna direita (suspeita de fratura), dor a inspiração profunda. Refere desconhecer ultima vacina anti-tetânica.

Ao exame:

Dados vitais:

SAMU -> PA= 130x60 mmHg FC= 79 bpm SatO2= 99%

HOSPITAL -> PA= 131x79 mmHg FC= 92 bpm SatO2= 97%

A) Vias aéreas permeas, com colar cervical, nega dor cervical a palpação ou mobilização

B) MV+ sem RA

C) Sem sangramentos ativos

D) Glasgow 15, pupilas isocóricas e fotorreagentes

E) Abdome flácido e indolor, sem sinais de irritação peritoneal. Pelve estável e sem dor as manobras.

Escoriações em face, dorso, MSD, MID. Imobilização em perna direita por suspeita de fratura fechada.

Conduta:

- TC de crânio



Nome: Celio Mauricio Silva Prontuário: Atendimento: 901114
 Data Nasc: 11/07/1982 Idade: 35a 1m 7d CNAS:
 RG: 21442568 CPF: 006.802.315-44 Sexo: Masculino Cor: Estado Civil:
 Profissão: Convênio: Plamed Nacionalidade:
 Pai: Mãe: Maria do Carmo Santos Silva
 Endereço: Aracaju - Rua Lenio de Moura Moraes, 155 bloc 2 Bairro: Farolan
 Cidade: Aracaju UF: SE CEP: 49031040
 Dt. Admissão: 18/08/2017 Responsável: mesmo Telefone: 99562667 Fone Adm:

Data Anamnese: 18/08/2017 17:41:13 Profissional: Ayrton Andre Melo Santos Conselho: CRM 3837

ORTOPEDIA:

PACIENTE VITIMA DE ACIDENTE AUTOMOBILISTICO HOJE.

REFERE DOR IMPORTANTE EM ANTEBRAÇO DIREITO E TORNOZELO DIREITO.

EF: ECORIAÇÕES IMPORTANTES EM ANTEBRAÇO DIREITO
 DOR EDEMA E DEFORMIDADE EM TORNOZELO DIREITO

RX ANTEBRAÇO DIR: SEM ALTERAÇÕES

RX TORNOZELO DIR: FRATURA BIMALEOLAR DESVIADA E FRATURA EM 1° E 2° MTT DIR

CD: IMOBILIZAÇÃO EM TALA GESSADA.
 ORIENTAÇÕES QUANTO A TRATAMENTO
 INDICO CIRURGIA APÓS MELHORA DO EDEMA
 ALTA PELA ORTOPEDIA

Dr. Ayrton Melo
 Ortopedia e Traumatologia
 CRM-SE 2837 - RCD 13858

DEPARTAMENTO DE REGISTROS
 OPAT
 CONTEÚDO NÃO VERIFICADO
 11 DEZ 2018
 Carla Regina da S.
 Rua Manoel, 765 Lapa da Anápolis

Resumo do Pronto Atendimento

Paciente	Celio Mauricio Silva	Atendimento	901.114
Data Nasc.	11/07/1982 35 Anos	Prontuário	180.960
Sexo	Masculino	Dr. Entrada	18/08/2017 15:08:44
Telefone	32554940	Convênio	Plamed Gold Ambulatorial
Sector	HP - Pronto Atendimento - Adulto	Sector	01

Anamnese	Profissional	Cod. Prof
18/08/2017 17:41:13	Aynton Andre Melo Santos	CRM 3837

ORTOPEDIA:

PACIENTE VITIMA DE ACIDENTE AUTOMOBILISTICO HOJE.

REFERE DOR IMPORTANTE EM ANTEBRAÇO DIREITO E TORNOZELO DIREITO.

EF: ECORIAÇÕES IMPORTANTES EM ANTEBRAÇO DIREITO
DOR EDEMA E DEFORMIDADE EM TORNOZELO DIREITO

RX ANTEBRAÇO DIR: SEM ALTERAÇÕES

RX TORNOZELO DIR: FRATURA BIMALEOLAR DESVIADA E FRATURA EM 1° E 2° MTT DIR

CD: IMOBILIZAÇÃO EM TALA GESSADA.
ORIENTAÇÕES QUANTO A TRATAMENTO
INDICO CIRURGIA APÓS MELHORA DO EDEMA
ALTA PELA ORTOPEDIA

18/08/2017 15:15:39	Ramsey Matos Couvre	CRM 4184
## Cirurgia Geral ##		

Anamnese:

Paciente trazido pelo SAMU 192 em protocolo e com regulação prévia. Refere acidente moto x carro. Refere que fazia uso de capacete que foi ejetado. Relato de síncope pelo SAMU, nega vômitos. Nega alergias e comorbidades. No momento refere dor em escoriações, Perna direita (suspeita de fratura), dor a inspiração profunda. Refere desconhecer ultima vacina anti-tetânica.

Ao exame:

Dados vitais:

SAMU → PA= 130x80 mmHg FC= 79 bpm SatO2= 99%

HOSPITAL → PA= 131x79 mmHg FC= 92 bpm SatO2= 97%

A) Vias aéreas permeas, com colar cervical, nega dor cervical a palpação ou mobilização

B) MV+, sem RA

C) Sem sangramentos ativos

D) Glasgow 15, pupilas isocóricas e fotorreagentes

E) Abdome flácido e indolor, sem sinais de irritação peritoneal. Pelve estável e sem dor as manobras.

Escoriações em face, dorso, MSD, MID. Imobilização em perna direita por suspeita de fratura fechada.

Conduta:

- Curativos com collagenase
- Lavar ferimentos
- Analgesia
- Tetanogama
- R-x de cervical, tórax, pelve, perna direita
- TC de crânio
- Avaliação da ortopedia após radiografias
- Avaliação da neurocirurgia após TC de crânio



Sinais Vitais	PA (mmHg)	FC (bpm)	FR (mm)	Temp (°C)	Peso (kg)	Altura (cm)	IMC (kg/m²)	SC (m²)	BCF (bpm)
19/08/2017 00:01:00 3358	122	66	100	16	36.2				

Resumo do Pronto Atendimento

Paciente: Cello Mauricio Silva
Data Nasc.: 11/07/1982 35 Anos
Sexo: Masculino
Telefone: 32554940
Setor: HP - Pronto Atendimento - Adulto

Atendimento: 901.114
Prontuário: 180.960
Dt. Entrada: 18/08/2017 15:08:44
Convênio: Plamed Gold Ambulatorial
Setor: 01

19/08/2017 06:12:46 113 54 100 20 36,6

Evolução Profissional: Cod. Prof.
18/08/2017 16:53:07 Ramses Matos Couvre CRM 4184

Recebo radiografias:

Torax: sem evidência de hemo/pneumotorax, fraturas
Bacia: sem alterações ao método
Cervical: sem alterações ao método.

Paciente refere melhora discreta no padrão de dor torácica. Já em avaliação pela ortopedia que solicitou complemento radiológico.

Conduta:

- Aguardar analgesia
- Aguardo TC de crânio e avaliação da neurologia
- Reavaliação após medicações.

18/08/2017 20:46:22 Ricardo Azevedo Moraes CRM 3657
#NEUROCIRURGIA-NEUROCLIN-TRAUMA#

>>ACIDENTE MOTO X CARRO
-USAVA CAPACETE
-RELATO DE PERDA DE CONSCIÊNCIA



PACIENTE NO MOMENTO APENAS COM QUEIXAS ALGICAS NOS LOCAIS DE TRAUMA

-AO EXAME: ECG 15, FM GRAU 5 GLOBAL, PORVAS CEREBELARES OK, SEM DOR EM COLUNAS.

-TCC: AUSENCIA DE FRATURA, AUSENCIA DE COLEÇÕES, SEM DESVIO DE LINA MÉDIA

-CD: OBSERVAÇÃO ATÉ AS 6:30, LIBERAR CASO NÃO HAJA INTERCORRENCIAS

Diagnóstico Profissional: Tipo Diagnóstico
18/08/2017 15:29:25 Ramses Matos Couvre
T07 TRAUMATISMOS MULTIPLOS NAO Principal

Desfecho Tipo: Especialidade: Motivo Alta: Orientação:
Alta Alta Alta


Dr. Ayrton Melo
Ortopedia e Traumatologia
Tratando de João
CRA-SP 3837 - TERC. 4038

Impresso em 21/08/2017 15:44:29

Página 2

SMCSAN

Usuário desfecho: ACACruz

CATE00144

Parecer médico

Paciente: Cello Mauricio Silva
Especialidade origem: Cirurgia Geral

Atendimento: 901.114
Especialidade destino: Neurocirurgia

Motivo da Consulta:

Cirurgia Geral

Anamnese:

Paciente trazido pelo SAMU 192 em protocolo e com regulação prévia. Refere acidente moto x carro. Refere que fazia uso de capacete que foi ejetado. Relato de síncope pelo SAMU, nega vômitos. Nega alergias e comorbidades. No momento refere dor em escoriações, Perna direita (suspeita de fratura), dor a inspiração profunda. Refere desconhecer última vacina anti-tetânica.

Ao exame:

Dados vitais:

SAMU -> PA= 130x80 mmHg FC= 79 bpm SatO2= 99%

HOSPITAL -> PA= 131x79 mmHg FC= 92 bpm SatO2= 97%

A) Vias aéreas permeáveis, com colar cervical, nega dor cervical a palpação ou mobilização

B) MV+, sem RA

C) Sem sangramentos ativos

D) Glasgow 15, pupilas isocóricas e fotorreagentes

E) Abdome flácido e indolor, sem sinais de irritação peritoneal. Pelve estável e sem dor as manobras.

Escoriações em face, dorso, MSD, MID. Imobilização em perna direita por suspeita de fratura fechada.

Cônduta:

- Avaliação da neurocirurgia após TC de crânio

Data: 18/08/2017 15:23:32

[Assinatura]
SE 4184

Ramses Matos Couvre 4184



Paciente: Cello Maurício Silva
Especialidade origem: Cirurgia Geral

Atendimento: 901.114
Especialidade destino: Ortopedia / Traumatologia

Motivo da Consulta:
Cirurgia Geral

Anamnese:

Paciente trazido pelo SAMU 192 em protocolo e com regulação prévia. Refere acidente moto x carro. Refere que fazia uso de capacete que foi ejetado. Relato de síncope pelo SAMU, nega vômitos. Nega alergias e comorbidades. No momento refere dor em escoriações, Perna direita (suspeita de fratura), dor a inspiração profunda. Refere desconhecer última vacina anti-tetânica.

Ao exame:

Dados vitais:

SAMU → PA= 130x80 mmHg FC= 79 bpm SatO2= 99%

HOSPITAL → PA= 131x79 mmHg FC= 92 bpm SatO2= 97%

A) Vias aéreas permeas, com colar cervical, nega dor cervical a palpação ou mobilização

B) MV+, sem RA

C) Sem sangramentos ativos

D) Glasgow 15, pupilas isocóricas e fotorreagentes

E) Abdome flácido e indolor, sem sinais de irritação peritoneal. Pelve estável e sem dor as manobras.

Escoriações em face, dorso, MSD, MID. Imobilização em perna direita por suspeita de fratura fechada.

Cônduta:

- Avaliação da ortopedia após radiografias

Data : 18/08/2017 15:23:17

Ramsey Matos Couvre
CRM 4184

Ramsey Matos Couvre 4184



Paciente	Celio Mauricio Silva	Atendimento	901.114
Data Nascto.	11/07/1982 35 Anos	Preclário	180.960
Sexo	Masculino	Dt. Entrada	18/08/17 15:08:44
Telefone	99562667	Convênio	Planned Gold Ambulatorial
Setor / Unid.	HP - Pronto Atendimento - Adulto - 01		

Data evolução	Liberação	Função	Especialidade	Usuário	Código prof
18/08/17 20:48	18/08 20:49	Médico	Evolução	Ricardo Azevedo	CRM 3657

#NEUROCIRURGIA-NEUROCLIN-TRAUMA#

>>ACIDENTE MOTO X CARRO
-USAVA CAPACETE
-RELATO DE PERDA DE CONSCIÊNCIA

PACIENTE NO MOMENTO APENAS COM QUEIXAS ALGICÂS NOS LOCAIS DE TRAUMA

-AO EXAME: ECG 15, FM GRAU 5 GLOBAL, PORVAS CEREBELARES OK, SEM DOR EM COLUNAS.
-TCC: AUSENCIA DE FRATURA, AUSENCIA DE COLEÇÕES, SEM DESVIO DE LINA MÉDIA
-CD: OBSERVAÇÃO ATÉ AS 6:30, LIBERAR CASO NÃO HAJA INTERCORRENCIAS

Dr. Ricardo Motta
Neurocirurgia
Cirurgia de Coluna
CRM 3657

DEPARTAMENTO DE SINISTROS
DEVAT
CONTEUDO NÃO VERIFICADO
11 DEZ 2018
Gerente Sinistros SIA
Rua Marlon, 786 Lapa CS-Arcojussé

Paciente: Cello Mauricio Silva
Data Nasc: 11/07/1982 35 Anos
Sexo: Masculino
Telefone: 99562667
Setor / Unid.: HP - Pronto Atendimento - Adulto - 01

Atendimento: 901.114
Prontuário: 180.960
Dt. Entrada: 18/08/17 15:08:44
Convênio: Plamed Gold Ambulatorial

Data evolução	Liberação	Função	Tipo evolução	Especialidade	Usuário	Código prof
8/08/17 16:53	18/08 16:54	Médico	Evolução		Ramires Matos Couvre	CRM 4184

Recebo radiografias:

Tórax: sem evidência de hemo/pneumotorax, fraturas
Bacia: sem alterações ao método
Cervical: sem alterações ao método.

Paciente refere melhora discreta no padrão de dor torácica. Já em avaliação pela ortopedia que solicitou complemento radiológico.

Conduta:

- Aguardar analgesia
- Aguardo TC de crânio e avaliação da neurologia
- Reavaliação após medicações.

[Assinatura]
Rafaela da Costa
Gouveia
CRM 4184



Paciente: Celio Mauricio Silva
 Data Nascimento: 11/07/1982 35 anos e 1 mês
 Convênio: Plamed Gold
 Data Entrada: 18/08/2017 15:03:44
 Validade Presc: De 18/08/2017 15:24:00 até 19/08/2017 14:59:59
 Mãe: Maria do Carmo Santos Silva

Atendimento: 901114
 Prontuário: 180960
 Médico Atend: Ramses Matos Couvre
 Sexo: Masculino
 Dt Lib Medic: 18/08/2017 15:28:18
 Dt Lib Enferm: 18/08/2017 15:28:18

Prescritor: Ramses Matos Couvre (CRM 4184) Setor: HP - Pronto Atendimento - Adulto

Gestão de Nutrição:

Dieta Oral: Suplemento Oral: Dieta Enteral: NPT
 Médico prescreve: Não tem Não tem Não tem

Dieta Oral: Dieta Zero ou Jejum

Medicamentos	Dose/UM/Intervalo	
1 - Solução Cloreto de Sódio 0,9% Frasco 1000ml Diluição: Administrar 1000 Mililitros (Agora Tópico) Observação: para lavar ferimentos.	1 amp Agora UT	15/28
2 - Solução Ringer Cl Lactato 500ml Diluição: Administrar 500 Mililitros (Agora Intravenosa Infusão) *Disp. Inf: Equipe bomba de infusão	1 Fr Agora IV	15/28
3 - Novetgina 500mg/ml Ampola 2ml Princípio Ativo: Dipirona Sódica Diluição: Separar 2 Mililitros do medicamento em 8 Mililitros de Água Destilada Ampola 10ml Administrar 10 Mililitros (Agora Intravenosa Direto)	1 amp Agora IV di	15/28
4 - Profenid 100mg IV Frasco-ampola Princípio Ativo: CETOprofeno Diluição: Separar 1 Frasco-ampola do medicamento em 100 Mililitros de Solução Cloreto de Sódio 0,9% Frasco 100ml Administrar 100 Mililitros (Agora Intravenosa Infusão) em 20 minutos Estabilidade: 8 Horas Após Diluição Temperatura entre 15°C e 25°C Observação: * As apresentações Profenid IV e Profenid IM devem ser utilizadas para suas respectivas vias de administração recomendadas.	1 FA Agora IV	15/28
5 - Tramadol 50mg/ml Ampola 2ml Princípio Ativo: Cloridrato de Tramadol Diluição: Separar 2 Mililitros do medicamento em 100 Mililitros de Solução Cloreto de Sódio 0,9% Frasco 100ml Administrar 102 Mililitros (Agora Intravenosa Infusão) Observação: * A administração por via Venosa ou Intramuscular deve ser feita em injeções lentas.	1 amp Agora IV	15/28
6 - Kollagenase + Cloranfenicol (0,6u/10mg/g) 30g Princípio Ativo: Colagenase/ Cloranfenicol Observação: aplicar em escoriações	1 g Agora UT	15/28
7 - Tetanogenina 250 U/ml Ampola 1ml Princípio Ativo: Imunoglobulina Antitetânica Observação: * O paciente deve ser observado durante pelo menos 20 minutos após a administração de tetanogênina. * Após aberta, ampola deve ser usada imediatamente. * Uma injeção intravascular pode levar o paciente a desenvolver sintomas semelhantes a choque, especialmente no caso de uma síndrome de deficiência de anticorpos. Portanto, é recomendado assegurar por aspiração que nenhum vaso tenha sido penetrado.	1 amp Agora IM	15/28

Maria do Carmo Santos
 Aux- Enfermagem
 COREN: 786-168


DEPARTAMENTO DE SINISTROS
 DPVAT
 CONTEUDO NÃO VERIFICADO

1 / DEZ 2018

Recomendações e Ordens:

Curativo comum
 APLICAR KOLLAGENASE EM ESCORIAÇÕES APÓS LIMPEZA COM SF0,9%.

Outros:
 AQUECER O PACIENTE.

Assinatura: 
 Allyson A. Cavalcanti
 Clínica Geral / Vitoria
 CBO 3090

Paciente	Cello Mauricio Silva		Atendimento	901.114
Data Nasc.	11/07/1982	35 Anos	Prontuário	180.960
Sexo	Masculino		DI. Entrada	18/08/2017 15:08:44
Telefone	99562667		Convênio	Plamed Gold Ambulatorial
Seor / Unid.	HP - Pronto Atendimento - Adulto - 01			

Obs. evolução	Liberação	Função	Tipo evolução	Especialidade	Usuário	Código prof
18/08/2017 15:12	18/08 16:31	Técnico	Anotações Enfermagem		Lisiane Bomfim Santos	
<p>Paciente admitido no alto risco, em maca, através de remoção pela Samu, acompanhado por familiar ou tec de enfermagem, em uso AVP em MSD com Jelco 20, com Ringer sendo infundido, imobilização em MID, escoriações em MSD e costas, calmo, consciente, orientado, verbalizando. Segue aos cuidados da Equipe Multiprofissional.</p>						
18/08/2017 15:15	18/08 17:11	Técnico	Anotações Enfermagem		Lisiane Bomfim Santos	
<p>Instalado Monitorização multiparametros, e em seguida verificado SSVV.</p> <p>PA: 131x79; FC: 92; ST: 97.</p> <p>Comunicado ao medico de plantão.</p>						
18/08/2017 15:35	25/08 13:57	Técnico	Anotações Enfermagem		Lisiane Bomfim Santos	
<p>Instalado 2 Equipo Macro, 1 extensor, 1 Tomeirinha (permanecendo o Jelco 20 realizado pela Samu) e em seguida administrado. Novalgina IV, Profenid IV, Tramadol IV, Ringer 500ml, conforme prescrição medica. Após preparo do Tetanograma, o paciente recusou. Comunicado ao medico de plantão.</p>						
18/08/2017 16:42	18/08 18:55	Técnico	Anotações Enfermagem		Lisiane Bomfim Santos	
<p>Realizado Lavagem das escoriações com SF 0,9% 1000ml e ocluido com colagenase e compressa.</p> <p>Utilizado:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 9 Compressa 7,5x7,5cm • 1 Transfix. • 1 Aladura de 10cm; • 1 Aladura de 20cm. 						
18/08/2017 16:55	18/08 17:05	Técnico	Anotações Enfermagem		Lisiane Bomfim Santos	
<p>Encaminhado paciente para realização de Raio X, em MACA, em companhia de colaboradores do setor e familiar.</p>						
18/08/2017 16:35	18/08 17:07	Técnico	Anotações Enfermagem		Lisiane Bomfim Santos	
<p>Paciente retorna do exame, acomodado em seu leito. Realizado com sucesso.</p> <p>Comunicado ao medico de plantão.</p>						
18/08/2017 17:07	18/08 17:08	Técnico	Anotações Enfermagem		Lisiane Bomfim Santos	
<p>Encaminhado novamente paciente para realização de Raio X, em MACA, em companhia de colaboradores do setor e familiar.</p>						
18/08/2017 17:21	18/08 17:31	Técnico	Anotações Enfermagem		Lisiane Bomfim Santos	
<p>Paciente retorna do exame, acomodado em seu leito. Realizado com sucesso. Comunicado ao ortopedista e ao Cirurgião.</p>						
18/08/2017 17:27	18/08 17:33	Técnico	Anotações Enfermagem		Lisiane Bomfim Santos	
<p>Encaminhado paciente para realização de TC, em MACA, em companhia de colaboradores do setor e familiar.</p>						
18/08/2017 17:37	18/08 17:37	Técnico	Anotações Enfermagem		Lisiane Bomfim Santos	
<p>Paciente retorna do exame, acomodado em seu leito. Realizado com sucesso. Comunicado ao medico de</p>						

DEPARTAMENTOS DE SAÚDE
[IPVAT]
CONTEÚDO NÃO VERIFICADO

11 DEZ 2018

in process on 25/08/2017 13:57:30

Página 1

LISBOMFIM

CATE00711

Paciente	Cello Mauricio Silva	Atendimento	901.114
Data Nascido	11/07/1982 35 Anos	Prontuário	180.960
Sexo	Masculino	Dt. Entrada	18/08/2017 15:08:44
Telefone	99562667	Convênio	Plamed Gold Ambulatorial
Setor / Unid.	HP - Pronto Atendimento - Adulto - 01		

Data evolução	Liberação	Função	Tipo evolução	Especialidade	Usuário	Código prof
18/08/2017 15:10	18/08 16:31	Técnico	Anotações Enfermagem		Lisiane Bomfim Santos	

Paciente admitido no alto risco, em maca, através de remoção pela Samu, acompanhado por familiar ou tec de enfermagem, em uso AVP em MSD com Jelco 20, com Ringer sendo infundido, imobilização em MID, escoriações em MSD e costas, calmo, consciente, orientado, verbalizando. Segue aos cuidados da Equipe Multiprofissional.

Data evolução	Liberação	Função	Tipo evolução	Especialidade	Usuário	Código prof
18/08/2017 15:15	18/08 17:11	Técnico	Anotações Enfermagem		Lisiane Bomfim Santos	

Instalado Monitorização multiparametros, e em seguida verificado SSVV.

PA: 131x79;
FC: 92;
ST: 97.

Comunicado ao medico de plantão.

Data evolução	Liberação	Função	Tipo evolução	Especialidade	Usuário	Código prof
18/08/2017 15:25	18/08 17:05	Técnico	Anotações Enfermagem		Lisiane Bomfim Santos	

Instalado 2 Equipos Macro, 1 extensor (permanecendo o Jelco 20 realizado pela Samu) e em seguida administrado: Novalgina IV, Profenid IV, Tramadol IV, Ringer 500ml, conforme prescrição medica. Após preparo do Tetanograma, o paciente recusou. Comunicado ao medico de plantão.

Data evolução	Liberação	Função	Tipo evolução	Especialidade	Usuário	Código prof
18/08/2017 15:42	18/08 16:55	Técnico	Anotações Enfermagem		Lisiane Bomfim Santos	

Realizado Lavagem das escoriações com SF 0,9% 1000ml e ocluido com colagenase e compressa Utilizado:

- 9 Compressa 7,5x7,5cm
- 1 Transofix
- 1 Atadura de 10cm;
- 1 Atadura de 20cm.

Data evolução	Liberação	Função	Tipo evolução	Especialidade	Usuário	Código prof
18/08/2017 16:05	18/08 17:06	Técnico	Anotações Enfermagem		Lisiane Bomfim Santos	

Encaminhado paciente para realização de Raio X, em MACA, em companhia de colaboradores do setor e familiar.

Data evolução	Liberação	Função	Tipo evolução	Especialidade	Usuário	Código prof
18/08/2017 16:35	18/08 17:07	Técnico	Anotações Enfermagem		Lisiane Bomfim Santos	

Paciente retorna do exame, acomodado em seu leito. Realizado com sucesso. Comunicado ao medico de plantão.

Data evolução	Liberação	Função	Tipo evolução	Especialidade	Usuário	Código prof
18/08/2017 16:53	18/08 16:54	Médico	Evolução		Ramsea Matos Couvra	CRM 4164

Recebo radiografias:

Torax: sem evidência de hemo/pneumotorax, fraturas
Bacia: sem alterações ao método
Cervical: sem alterações ao método.

Paciente refere melhora discreta no padrão de dor torácica. Já em avaliação pela ortopedia que solicitou complemento radiológico.

Conduta:
- Aguardar analgesia
- Aguardo TC de crânio e avaliação da neurologia

Paciente: **Celio Mauricio Silva**
Data Nascido: **11/07/1982** 35 Anos
Sexo: **Masculino**
Telefone: **99562667**
Setor / Unid.: **HP - Pronto Atendimento - Adulto - 01**

Atendimento: **901.114**
Prontuário: **180.960**
Dt. Entrada: **18/08/2017 15:08:44**
Convênio: **Plamed Gold Ambulatorial**

-TCC: AUSENCIA DE FRATURA, AUSENCIA DE COLEÇÕES, SEM DESVIO DE LINA MÉDIA

-CD: OBSERVAÇÃO ATÉ AS 6:30, LIBERAR CASO NÃO HAJA INTERCORRENCIAS

18/08/2017 21:45 18/08 21:47 Auxiliar Anotações Enfermagem Silvana de Bezerra

Solicitado dieta branda para paciente, CPM.

19/08/2017 03:03 19/08 08:13 Técnico Anotações Enfermagem Itana Barbosa Barreto

VERIFICADO SSV.

19/08/2017 01:14 19/08 06:14 Técnico Anotações Enfermagem Itana Barbosa Barreto

PACIENTE SEGUE NO LEITO, SEM ACOMPANHANTE, EM SONO TRANQUILO

19/08/2017 05:00 19/08 06:15 Técnico Anotações Enfermagem Itana Barbosa Barreto

PACIENTE NO LEITO, EM SONO TRANQUILO.

19/08/2017 05:14 19/08 06:14 Técnico Anotações Enfermagem Itana Barbosa Barreto

VERIFICADO SSV.

19/08/2017 07:10 19/08 07:28 Técnico Anotações Enfermagem Isabela Santos

Após ser medicado, paciente saiu de alta hospitalar, sem queixas, deambulando, na companhia de familiar. Sendo reforçado as orientações quanto ao receituário médico. Retirado AVP+pulseira de ID.


Isabela Santos Evangelista
Técnica de Enfermagem
COREN/SE 1203924



Paciente Celio Mauricio Silva
Data Nascto. 11/07/1982 35 Anos
Sexo Masculino
Telefone 99562667
Setor / Unid. HP - Pronto Atendimento - Adulto - 01

Atendimento 901.114
Prontuário 180.960
Dt. Entrada 18/08/2017 15:08:44
Convênio Plamed Gold Ambulatorial

Data evolução	Liberação	Função	Tipo evolução	Especialidade	Usuário	Código prof
25/08/2017 15:13	25/08 15:22	Técnico Gesso	Evolução		Jose Anchieta Matos	COREN

Realizado imobilização gessada tipo tala bota MID + Imobilização com típoia em MSD foi orientado e segue ao cuidado da equipe.


José Anchieta Matos Carregosa
Téc. de Imobilização ortopedica
ASTEGO 6030

típoia 01
atadura de gesso 20cm 02
atadura de gesso 10cm 01
atadura de crepon 15cm 04
algodão ortopedico 20cm 02



Paciente	Celio Maurício Silva	Atendimento	901114
Data Nasc	11/07/1982 35 anos e 1 mês	Prontuário	180960
Convênio	Plamed Gold	Médico Atend	Ramses Matos Couvre
Data Entrada	18/08/2017 15:08:44	Sexo	Masculino
Validade Prescr	De 18/08/2017 16:34:00 até 18/08/2017 15:59:59	Dt Lib Médic	18/08/2017 16:34:19
Mãe	Maria do Carmo Santos Silva	Dt Lib Enferm	18/08/2017 16:34:19
Prescritor: Ayrton Andre Melo Santos (CRM 3837)		Série: HP - Pronto Atendimento - Adulto	
Procedimentos		Boira Leão	Data Prev. Exec.
Ralo X Tornozelo - Direito		Não	18/08/2017 16:34:19
Assinatura:			


Dr. Ayrton Melo
Ortopedia e Traumatologia
CRM 3837 - TBO 13938

DEPARTAMENTOS DE SINISTROS
CPAT
CONTEUDO NÃO VERIFICADO
11 DEZ 2018
Gente Seguradora S/A
Rua Marum, 786 - Lapa (24) 4000-2028

Paciente: CELIO MAURICIO SILVA
Identidade: 21442568 Dt. Nasc.: 11/07/1982 Sexo: M
Médico: Dr. Ayrton Andre Melo Santos (CRM 3837)
Convênio: Plamed Gold (901114 / 3595611)
Data: 18/08/2017 17:12
Raio X Tornozelo - Direito

RADIOGRAFIAS DO TORNOZELO DIREITO

Exame sob imobilização.
Fratura distal da tibia e fibula.
Relações articulares mantidas.
Aumento de partes moles.


Dr. André Luiz Passos
Médico Radiologista
CRM-SE 2643



Paciente	Celio Mauricio Silva	Atendimento	901114
Data Nascto	11/07/1962 35 anos e 1 mês	Prontuário	180960
Convênio	Plamed Gold	Médico Atend	Ramses Matos Couvre
Data Entrada	18/08/2017 15:08:44	Sexo	Masculino
Validade Prescr	De 18/08/2017 16:50:00 até 19/08/2017 15:59:59	Di Lib Medic	18/08/2017 16:49:58
Mãe	Maria do Carmo Santos Silva	Di Lib Enferm	18/08/2017 16:49:58
Prescritor: Ayrton André Melo Santos (CRM 3837)		Sector: HP - Pronto Atendimento - Adulto	
Procedimentos		Beira Leito	Data Prev. Exec.
Raio-X Antebraço - Direito (pa-lateral)		Não	18/08/2017 16:49:58

Assinatura:

Dr. Ayrton Melo
Ortopedista
CRM-SE 3837 - RCT 13358

DEPARTAMENTOS DE SINISTROS
DPVAT
CONTEUDO NÃO VERIFICADO
17 DEZ 2018
Gente Seguradora S/A,
Rua Marim, 116 - Lapa - Rio de Janeiro



3595682

Paciente: Cello Mauricio Silva
Data Nascido: 11/07/1982 35 anos e 1 mês
Convênio: Plamed Gold
Data Entrada: 18/08/2017 15:08:44
Validade Presc: De 18/08/2017 17:45:00 até 19/08/2017 16:59:59
Lão: Maria do Carmo Santos Silva

Atendimento: 901114
Prontuário: 180960
Médico Atend: Ramses Matos Couvre
Sexo: Masculino
DT Lib Médic: 18/08/2017 17:45:47
DT Lib Enferm: 18/08/2017 17:45:47

Prescritor: Ayrton André Melo Santos (CRM 3837)

Setor: MP - Pronto Atendimento - Adulto

Procedimentos	Beira Leito	Data Prev. Exec.
Imobilizações Nao-Gessadas (Qualquer Segmento)	Não	18/08/2017 17:45:48
Membro Inferior talas Gessadas	Não	18/08/2017 17:45:48
Fratura E/Ou Luxações (Incluindo Descolamento Epifisário) - Redução Incruenta	Não	18/08/2017 17:45:48

Assinatura:

Dr. Ayrton Melo
 CRM 3837 - R. 18.133.58



CORPO CLÍNICO
PRONTOCLÍNICA ORTOPÉDICA

Dr. Absaon Luis Lima Rodrigues
(CRM 1380)
Ortopedia Geral / Cirurgia do Quadril

Dr. Antônio Francisco Cabral
(CRM 820)
Ortopedia Geral / Traumatologia / Cirurgia

Dr. Antônio Rocha Melo
(CRM 2212)
Ortopedia Geral / Cirurgia do Joelho

Dr. Daniel Bello de Andrade
(CRM 1295)
Medicina Desportiva/Ortopedia Fraturas

Dr. Denis Cabral Duarte
(CRM 4163)
Ortopedia Geral / Cirurgia do Ombro e Cotovelo

Dr. João Bourbon Albuquerque II
(CRM 4724)
Ortopedia Geral/Traumatologia/Cirurgia do Joelho

Dr. Kleber César Siqueira Santana
(CRM 2213)
Ortopedia Geral / Cirurgia Pediátrica

Dr. Kiberton César Siqueira Santana
(CRM 2481)
Ortopedia Geral/Mangueira e Reconstrução

Dr. Lúcia dos Anjos Bourbon
(CRM 713)
Ortopedia/Traumatologia/Cirurgia do Joelho

Dr. Leonardo Guedes de Oliveira
(CRM 2263)
Ortopedia Geral/Mangueira e Reconstrução

Dr. Luciano Oliveira Junior
(CRM 3191)
Ortopedia Geral / Cirurgia do Joelho

Dr. Marluce Andrade
(CRM 804)
Ortopedia Geral / Cirurgia do Tornozelo e Pé

Dr. Marcos Masayuki Ishi
(CRM 2776)
Ortopedia Geral/ Cirurgia da Coluna
Cervical e Tor

Dr. Márcio Moura Rocha
(CRM 3572)
Traumatologia / Cirurgia do Joelho, Tornozelo
e Pé

Dr. Masayuki Ishi
(CRM 2776)
Ortopedia Geral/Cirurgia do Joelho/Vitro
Artroscopia / Artroscopia

Dr. Max Frenco de Carvalho
(CRM 2400)
Ortopedia e Traumatologia / Cirurgia Coluna

Dr. Michael Silveira Santiago
(CRM 2588)
Ortopedia Geral / Cirurgia do Quadril

Dr. Paulo Cândido de Lima Junior
(CRM 3226)
Ortopedia Geral / Cirurgia da Coluna

Dr. Sérgio Cabral da Melo
(CRM 3381)
Ortopedia Geral / Cirurgia do Ombro e Cotovelo

Dr. Sérgio Maurício Mendonça Cardoso
(CRM 3277)
Ortopedia Geral / Medicina Desportiva
Cirurgia do Joelho/ Vitro Artroscopia

Dr. Vitor Gomes Pinheiro Junior
(CRM 1036)
Cirurgia de Mão e Membros Superiores



PRONTOCLÍNICA
ORTOPÉDICA

PACIENTE: CELSO MAURICIO SILVA

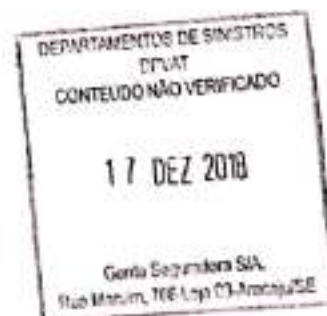
RELATÓRIO MÉDICO

O PACIENTE ACIMA CITADO FOI SUBMETIDO A TRATAMENTO CIRURGICO PARA CORREÇÃO DE FRATURA DE TORNOZELO DIREITO. EM TRATAMENTO DE REABILITAÇÃO O MESMO NÃO SE ENCONTRA EM CONDIÇÕES DE RETORNO A SUAS ATIVIDADES LABORATIVAS. SOLICITO LICENÇA MÉDICA POR UM PERIODO DE 30 (TRINTA) DIAS.

CID: S82.8

ARACAJU, 30/11/2017

Dr. Marcos Masayuki Ishi
Ortopedia Traumatologia
Cirurgia do Joelho e do Tornozelo
CRM 2776



Av. Gonçalo Prado Rollemberg, 460 - Tel.: (79) 3205-6550/ 3303-5184 / 3303-5183
CNPJ: 16.213.001/0001-54 - CEP: 49015-230 - Aracaju/SE
www.prontoclinicaortopedica.com.br | prontoclinicaortopedica@gmail.com

PRONTOCLINICA ORTOPEDICA

Ortopedia Geral / Cirurgia do Quadril

Ortopedia Geral / Traumatologia / Cirurgia

Ortopedia Geral / Cirurgia do Joelho

Medicina Deportiva/Ortopedia Fracturas

Ortopedia Geral / Cirurgia do Ombro e Cotovelo

Principia Generalis/Traumatica/Clavus

Ortopedia Geral / Ortopedia Pediátrica

Ortopedia Geral/Alongamento e Reconstrução

Ortopedia / Traumatologia / Cirurgia do Joelho

Ortopedia Geral/Alongamento e Reconstrução

Ortopedia Geral / Cirurgia do Tornozelo

Chirurgia Geral / Cirurgia do Tórax e Pó

Ortopedia Cervic. Chirurgia da Colano

Traumatologia / Cirurgia do Joelho, Tornavento

Ortopedia Geral/Cirurgia do Joelho/Video

Ortopedia / Traumatologia / Chirurgia Coluna

Divisão Fiscal / Diretoria do Contribuinte

Autorella: Carlo J. Frangia da Colonia

António da Costa / *Orgão da Ordem e Cotovia*

Ortopedia Geral / Medicina Esportiva

Dr. Walter Gomes Pinheiro Júnior

composto de MTA e Membror Superior.

1000

p. 33

Rebecca Martin

Paciente com etnia vítima de acidente automobilístico no dia 18/08/17, submetido a tratamentos cirúrgicos e fisioterapia do tornozelo (D) no dia 25/08/17. Atualmente a fratura se encontra consolidada. Ao exame físico apresenta quadro clínico de limitação da flexão e extensão plantar do Tornozelo comparado ao lado (E), além de dores após esforços excessivos. Após a execução das atividades laborais e recreativas.

exp: 583.5
M87.
582.8

Ortopedia - Fratura fechada de SINISTRO
Cirurgia de Fechamento
Cirurgia de Fechamento do Tornozelo
Cirurgia de Fechamento do Tornozelo
Cirurgia de Fechamento do Tornozelo

17 DEZ 2018

Gente Seguradora S/A
Rua Marum, 768 Lrp 03-Francel SE

13/7/18

Av. Gonçalo Prado Rollemberg, 430 - Tel.: (79) 3205-6550 / 3303-5184 / 3303-5183
CNPJ: 16.213.001/0001-54 - CEP: 49015-230 - Aracaju/SE
www.prontoclinicaortopedica.com.br | prontoclinicaortopedica@gmail.com





Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600875

DATA:

20/08/2020

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600875

DATA:

23/08/2020

MOVIMENTO:

Decisão

DESCRIÇÃO:

Por isso, consciente de que o processo civil será ordenado, disciplinado e interpretado conforme os valores e as normas fundamentais firmados na CF e verificando, de outra banda, que a causa não traz discussão acerca de direito indisponível, determino o prosseguimento do feito com as seguintes diligências: 1. Cite-se para resposta, no prazo de 15 (quinze) dias, tomando por aproximação o art. 355, caput, do CPC, sob pena da incidência dos efeitos da revelia. 1.1 Sendo infrutífera a citação, intime-se a parte autora para se manifestar, apresentando endereço da parte ré no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção. 1.2 Em não havendo manifestação, intime-se pessoalmente a parte autora para, em 5 (cinco) dias, informar o endereço da parte requerida sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito, conforme o art. 485, III e §1º, do CPC. 2. Após a apresentação da defesa, manifeste-se a parte autora, em 15 (quinze) dias, acerca da contestação, inclusive sobre eventual alegação de fato impeditivo, modificativo ou extintivo de seu direito, bem como sobre os documentos apresentados (art. 341 e art. 437, CPC). 3. Se houver juntada de novos documentos com a réplica, vista à parte requerida por 15 (quinze) dias (art. 437, §1º, CPC). 4. As partes deverão informar, a Autorano prazo de 05 (cinco) dias e a Ré no prazo de resposta, os respectivos endereços eletrônicos e telefones, possibilitando a realização da audiência de conciliação e/ou a audiência de instrução e julgamento em ambientes virtuais, se esses atos processuais se fizerem necessários.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe
Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito**

Nº Processo 202040600875 - Número Único: 0033616-92.2020.8.25.0001

Autor: CELIO MAURICIO SILVA

Réu: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

Movimento: Decisão >> Outras Decisões

Cls.

O Tribunal de Justiça exarou, no processo SEI n. 0006122-67.2020.8.25.8825, recomendação acerca do prosseguimento dos feitos nas respectivas unidades, “*dispensando-se, desde já, a realização da audiência preliminar conciliatória*” no rito comum, tendo em vista a pandemia COVID-19.

A corregedoria recomendou, excepcionalmente, a devolução, pelo CEJUSC – Centro judiciário de solução de conflitos e cidadania, de todos os processos encaminhados pelas unidades jurisdicionais, ressalvados os procedimentos das Vara de Família, oportunizando a dispensa da realização da audiência preliminar conciliatória, “*a fim de que os magistrados imprimam andamento regular ao processo, com possibilidade de realizar a conciliação a posteriori*”.

A Turma Recursal do Estado de Sergipe, por sua vez, editou o Enunciado 21, com a seguinte redação:

*ENUNCIADO 21. Durante a vigência do decreto oficial de emergência pública em face da pandemia mundial COVID-19, observando o Princípio da Celeridade e a Garantia da Razoável Duração do Processo, resguardados o direito à ampla defesa e ao contraditório, **poderá ser dispensada a sessão inaugural de conciliação no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis, promovendo-se a citação**, para fins de contestação e prosseguimento normal do processo, cabendo, a qualquer tempo, a realização da sessão de conciliação, seja a requerimento das partes, dos advogados, da Defensoria Pública, ou designada de ofício pelo magistrado.*

Pois bem.

As medidas apresentadas buscam, mesmo ante a excepcionalidade do momento em que vivemos, imprimir celeridade aos feitos, entregando a prestação jurisdicional a contento, apesar de todos os percalços surgidos com a pandemia (fechamento dos estabelecimentos, imposição de isolamento social etc).

Ora, é reclamo da sociedade e princípio plasmado na Constituição Federal (art. 5º, LXXVIII) a *razoável duração do processo*, devendo o Estado assegurar meios que garantam a celeridade de sua tramitação. Não seria proporcional, a fim de

prestigiar o rito, preterir tal princípio constitucional. Em outras palavras, o procedimento deve servir como expressão dos princípios, e não como obstáculo para a efetivação destes.

A situação que se apresenta no Brasil e no mundo é excepcionalíssima, trazendo severas consequências em todos os matizes da vida: econômico, social, político etc. O Judiciário, assim, busca minimizar tais efeitos, impulsionando os feitos apesar de todos os obstáculos, a fim de a contento entregar a prestação jurisdicional pois *“justiça tardia nada mais é do que injustiça institucionalizada”*.

A ***manutenção do feito “suspensão”*** até o retorno pleno das atividades judiciais (eis que, mesmo com a continuidade dos serviços em teletrabalho, inviável a realização de audiências e de tantos outros atos processuais), a pretexto da realização da sessão de conciliação (no rito sumariíssimo) ou audiência preliminar de conciliação (no rito comum), ***discrepa, a mais não poder, da Carta Federal e, ainda, dos princípios norteadores do moderno sistema processual***, dentre eles a Celeridade e a Garantia da Razoável Duração do Processo.

Não se está fazendo aqui *“tábula rasa”* das disposições que prestigiam a realização da audiência perante o conciliador/mediador, nova tônica da processualística brasileira. Em verdade, reconhece-se a máxima importância da realização de tal forma de solução de conflito, prestigiando o consenso entre as partes com o auxílio de profissional qualificado.

No entanto, o que se propõe no momento atual não é desprestigiar a realização da audiência de conciliação, mas postergar a realização desta assentada, caso seja necessária no feito. É medida, inclusive, de economia processual pois, a depender do desenrolar do processo, o feito poderá ser julgado sem a necessidade de realização da audiência (nos casos, por exemplo, de revelia, reconhecimento jurídico do pedido ou de ausência de impugnação específica), concedendo, já agora, o necessário impulso oficial ao feito.

Por isso, consciente de que o processo civil será ordenado, disciplinado e interpretado conforme os valores e as normas fundamentais firmados na CF e verificando, de outra banda, que a causa não traz discussão acerca de direito indisponível, determino o prosseguimento do feito com as seguintes diligências:

1. Cite-se para resposta, no prazo de 15 (quinze) dias, tomando por aproximação o art. 355, *caput*, do CPC, sob pena da incidência dos efeitos da revelia.

1.1 Sendo infrutífera a citação, intime-se a parte autora para se manifestar, apresentando endereço da parte ré no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.

1.2 Em não havendo manifestação, intime-se pessoalmente a parte autora para, em 5 (cinco) dias, informar o endereço da parte requerida sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito, conforme o art. 485, III e §1º, do CPC.

2. Após a apresentação da defesa, manifeste-se a parte autora, em 15 (quinze) dias, acerca da contestação, inclusive sobre eventual alegação de fato impeditivo, modificativo ou extintivo de seu direito, bem como sobre os documentos apresentados (art. 341 e art. 437, CPC).

3. Se houver juntada de novos documentos com a réplica, vista à parte requerida por 15 (quinze) dias (art. 437, §1º, CPC).

4. As partes deverão informar, a Autorano prazo de 05 (cinco) dias e a Ré no prazo de resposta, os respectivos endereços eletrônicos e telefones, possibilitando a realização da audiência de conciliação e/ou a audiência de instrução e julgamento em ambientes virtuais, se esses atos processuais se fizerem necessários.

Por se presumirem verdadeiras as alegações de hipossuficiência deduzidas por pessoa natural, bem como por não verificar nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a sua concessão, **defiro o pedido de justiça gratuita**, nos termos do artigo 99, §2º, do Código de Processo Civil.

Aracaju/SE, 20 de agosto de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **RÔMULO DANTAS BRANDÃO, Juiz(a) de Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito**, em 23/08/2020, às 07:10:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2020001520410-52**.



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600875

DATA:

26/08/2020

MOVIMENTO:

Citação Eletrônica

DESCRIÇÃO:

Citação Eletrônica enviada à Empresa Privada - SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.
[...]Por isso, consciente de que o processo civil será ordenado, disciplinado e interpretado conforme os valores e as normas fundamentais firmados na CF e verificando, de outra banda, que a causa não traz discussão acerca de direito indisponível, determino o prosseguimento do feito com as seguintes diligências:1. Cite-se para resposta, no prazo de 15 (quinze) dias, tomando por aproximação o art. 355, caput, do CPC, sob pena da incidência dos efeitos da revelia.[...]3.Se houver juntada de novos documentos com a réplica, vista à parterquerida por 15 (quinze) dias (art. 437, §1º, CPC).4.As partes deverão informar, a Autorano prazo de 05 (cinco) dias e a Ré no prazo de resposta, osrespectivos endereços eletrônicos e telefones, possibilitando a realização da audiência de conciliação e/ou a audiência de instrução e julgamento em ambientes virtuais, se esses atos processuais se fizerem necessários.Por se presumirem verdadeiras as alegações de hipossuficiência deduzidas por pessoa natural, bem como por não verificar nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a sua concessão, defiro o pedido de justiça gratuita, nos termos do artigo 99, §2º, do Código de Processo Civil.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600875

DATA:

28/08/2020

MOVIMENTO:

Outras Informações

DESCRIÇÃO:

Citação Eletrônica do(a) Empresa Privada - SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. considerada em 28/08/2020, mediante consulta processual realizada por seu representante legal, referente ao movimento de Intimação, do dia 26/08/2020, às 11:00:04.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600875

DATA:

05/09/2020

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Petição Avulsa do Advogado/Procurador/Defensor/Promotor KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ (2592-SE) ao processo eletrônico. Protocolizado sob nº 20200904162503473 às 16:25 em 04/09/2020.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRANSITO DA COMARCA DE ARACAJU/SE

Processo: 202040600875

SÚMULA 474 STJ: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **CELIO MAURICIO SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

CONTESTAÇÃO

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor

BREVE SÍNTESE DA DEMANDA

Alega a parte Autora em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico na data de **18/08/2017**, restando permanentemente inválida.

Destaca-se que a parte apenas procedeu com o registro na Delegacia de Polícia na data **24/08/2017**.

Cumpre esclarecer que após a devida análise da documentação apresentada a Seguradora, o médico perito avaliou como incompleta e parcial a lesão acometida pela vítima, o que por certo descaracteriza o pleito de indenização integral por seguro obrigatório DPVAT.

Deste modo, a Ré procedeu com o pagamento da verba indenitória na monta de **R\$ 1.687,50 (um mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**, valor este correspondente ao percentual da invalidez parcial e permanente apresentada pela parte Autora em sede administrativa.

A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

PRELIMINARMENTE

DA TEMPESTIVIDADE

A Ré apresenta a presente contestação em consonância com regra prevista no art. 218, § 4º do CPC/2015¹, prestigiando os princípios da celeridade, economia processual e boa-fé, pugnando desde já pelo recebimento da mesma.

DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO

Conforme se observa na exordial, a natureza do pedido do Seguro Obrigatório DPVAT, cujo cerne da questão é a suposta invalidez do demandante e o grau da lesão sofrida para fins indenizatórios do referido Seguro.

Assim, **torna-se imprescindível a realização da prova pericial**, pois, a Lei do DPVAT prevê graus diferenciados referentes à extensão das lesões acometidas pelas vítimas, classificando-as em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, em caso de invalidez parcial do beneficiário a indenização será paga de forma proporcional ao grau da debilidade sofrida.

Desse modo, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação, e, visando dirimir as dúvidas existentes sobre a invalidez do autor, requer, se Vossa Excelência assim entender, a antecipação da prova pericial nos termos do art. 381, do CPC/2015².

DO MÉRITO

DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUANTIFICANDO A LESÃO - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR

Pode-se observar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório no que se refere à invalidez de caráter permanente, vez que não trouxe aos autos laudo do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização.

Com efeito, a parte Autora deixou de juntar aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal, furtando-se de provar o percentual de invalidez e o grau de redução funcional do membro supostamente afetado, em inobservância ao art. 373, I, CPC³.

¹[1] Art. 218 - Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. [...] § 4º - Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

²[1] Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito;

Logo, tendo a parte autora deixado de comprovar suas alegações, impõe-se a improcedência total dos pedidos Autorais.

Caso este não seja o entendimento deste Douto Juízo, prossegue a Ré em suas argumentações apenas por amor ao debate.

DO PAGAMENTO REALIZADO NA ESFERA ADMINISTRATIVA

É incontroverso na presente demanda que a parte Autora recebeu efetivamente na esfera administrativa o pagamento da indenização oriunda do Seguro Obrigatório DPVAT, referente ao sinistro em tela na monta de **R\$ 1.687,50 (um mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**, após a regulação do sinistro.

BANCO DO BRASIL

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001 AGÊNCIA: 1769-8 CONTA: 000000611000-2

DATA DA TRANSFERENCIA: 03/07/2019

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL: 1.687,50

*****TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: CELIO MAURICIO SILVA

BANCO: 104

AGÊNCIA: 02175

CONTA: 000000007151-0

Nr. da Autenticação 10807813B57FA266

Ocorre, que durante o processo administrativo a parte foi submetida a perícia e de acordo com avaliação médica realizada por dois médicos especializados, sendo um na figura de revisor.

Portanto, é cristalino que o pagamento administrativo realizado encontra-se de acordo com o descrito no laudo administrativo, sendo certo que foram utilizados os critérios de fixação de indenização.

Vale salientar que é usual quando do pagamento da indenização em âmbito administrativo, que o beneficiário da verba indenizatória assine documento de quitação, onde se lê que:

“(...) com o pagamento efetuado dou, plena, rasa, geral, irrevogável e irretratável quitação para mais nada reclamar quanto ao sinistro noticiado.”

Com o procedimento adotado quando do pagamento da indenização, temos caracterizado o ato jurídico perfeito e acabado, dando-se quitação geral e irrestrita à Seguradora reguladora do sinistro.

³“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE. **LAUDO INDIRETO DO IML. INSUFICIÊNCIA. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA.** 1 - O pagamento de indenização com base no seguro obrigatório se restringe às hipóteses de morte da vítima ou de invalidez permanente, ainda que parcial, além da possibilidade de reembolso por despesas médicas que se fizerem necessárias em razão do acidente. 2 - **Não se desincumbindo o Autor do ônus de comprovar a invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, conforme exigem os artigos 5º da Lei 6.194/74 e 333, I, do Código de Processo Civil, deve ser julgado improcedente o pleito indenizatório.**” (TJ-MG - AC: 10342120045667001 MG, Relator: José Marcos Vieira, Data de Julgamento: 13/03/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/03/2014)

É de sabença que para que fossem afastados os efeitos da quitação, a parte Autora deveria desconstituí-la através da propositura da correspondente ação anulatória, recorrendo os fatos e fundamentos jurídicos para inquinar a quitação outorgada de próprio punho pela parte beneficiária, por suposto vício de consentimento, dolo ou coação, o que de fato não ocorreu, em perfeita consonância com o artigo 849 do Código Civil.

Não obstante, a parte autora não formulou pedido algum de anulação do ato jurídico liberatório, cuja validade é presumida e somente poderia ser desconstituída por sentença.

Ademais, temos que a parte Autora poderia, e quiçá deveria ressaltar no referido recibo sua intenção de quitação somente quanto ao valor efetivamente recebido, o que por certo não ocorreu.

Desta forma, a Ré efetuou o pagamento da importância legalmente estabelecida, no caso em apreço, referente a monta de R\$ 1.687,50 (um mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), o qual foi aceito pela beneficiária legal.

Ante o exposto, deve o feito deve ser julgado extinto com resolução de mérito, o que se requer com fundamento nos art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

DO PAGAMENTO PROPORCIONAL À LESÃO

Conforme ilação dos documentos acostados pelo requerente, o mesmo foi vítima de acidente ocasionado por veículo automotor na data de **18/08/2017**. Ademais, **houve pagamento administrativo na razão de R\$ 1.687,50 (um mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).**

Mister destacar ao ilustre Magistrado a edição da Medida Provisória nº 451/08, atualmente convertida na Lei nº 11.945/2009, em vigência desde 15 de dezembro de 2008, que alterou o texto dos arts. 3º e 5º da Lei nº 6.194/74 em seu art. 31, assim como anexou tabela à aludida Lei, estabelecendo percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais⁴.

Por certo, a mencionada Lei 11.945/09 deverá ser aplicada ao caso concreto, em respeito ao princípio *tempus regit actum* (Art. 6º, §1º, LINDB).

Recentemente, a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Ademais, a jurisprudência é pacífica quanto à necessidade de quantificação, sendo este o entendimento consagrado através da Súmula 474, do STJ⁵.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

⁴RECURSO CÍVEL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. i) EM CASO DE INVALIDEZ PARCIAL, O PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT DEVE, POR IGUAL, OBSERVAR A RESPECTIVA PROPORCIONALIDADE. É VÁLIDA A UTILIZAÇÃO DE TABELA PARA REDUÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO A SER PAGA POR SEGURO DPVAT, EM SITUAÇÕES DE INVALIDEZ PARCIAL, AINDA QUE O ACIDENTE TENHA OCORRIDO ANTES DA LEI N.º 11.945/09. ii) INDENIZAÇÃO INDEVIDA. HIPÓTESE EM QUE A PARTE AUTORA NÃO FAZ JUS À COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO, POIS NÃO HOUE A DEMONSTRAÇÃO DE QUE A LESÃO SOFRIDA TENHA SIDO DE MAIOR GRAVIDADE DO QUE A INDENIZADA ADMINISTRATIVAMENTE. iii) APLICAÇÃO DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. iv) RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

⁵**Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça** “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”

Dentro desse contexto, a Medida Provisória nº 451/2008 (posteriormente convertida na Lei 11.945/09), complementando a Lei 6.194/74, especificou em termos objetivos o percentual do valor máximo da indenização de acordo com os tipos de invalidez permanente.

Outrossim, conforme antedito, a referida inovação legal, no art. 3º, §1º, II, da Lei 6.194/74, trouxe a figura da invalidez parcial incompleta. Portanto, a fim de dirimir o cerne da questão, qual seja, o percentual indenizável, é imprescindível a realização de prova pericial, ocasião em que se verificará se a lesão suportada pelo autor é parcial incompleta, apontando sua respectiva repercussão geral.

Destarte, para se chegar ao valor indenizável devido, na hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda; e

Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Evidente, pois, inexistir qualquer direito de indenização integral ao Autor, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.

Sendo assim, na hipótese de condenação da seguradora, o valor indenizatório deverá ser apontado após a realização de perícia médica, constatando a extensão da lesão do autor, observando-se o método de cálculo apresentado em seguida abatido o valor pago na seara administrativa na monta de **R\$ 1.687,50 (UM MIL E SEISCENTOS E OITENTA E SETE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)**.

DA IMPOSSIBILIDADE DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA

Não há que se falar em inversão do ônus da prova, vez que o seguro DPVAT não se trata de relação de consumo, e sim de uma obrigação legal.

Assim, não pode a parte autora ser confundida como consumidora, pois, não há qualquer relação de consumo entre as partes litigantes, o que gera a inaplicabilidade da inversão do ônus da prova, característica do Código de Defesa do Consumidor.

Neste sentido é o recente entendimento firmado pelos Tribunais pátrios⁶, ratificando o descabimento da inversão do ônus da prova com base na aplicação do Código de Defesa do Consumidor.

Sendo assim, por se tratar de prova essencial dos fatos constitutivos da pretensão autoral, deverá o ônus da prova ser custeado pela parte autora, como determina o art. 373, I do CPC.

DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

⁶“PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR NÃO APRECIADA PELO JUÍZO A QUO. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIÇÃO PELA INSTÂNCIA REVISORA. **INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA, COM BASE NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. INAPLICABILIDADE DO DIPLOMA LEGAL CONSUMERISTA ÀS RELAÇÕES DE SEGURO OBRIGATÓRIO.** Agravo de Instrumento interposto de decisão que em ação de cobrança do seguro obrigatório DPVAT deferiu a inversão do ônus da prova. 1. Preliminar de ausência de interesse de agir não enfrentada pelo juízo a quo impede o exame pela instância revisora, sob pena de supressão de instância. 2. **A contratação compulsória do seguro obrigatório DPVAT afasta a natureza consumerista da relação jurídica entre seguradora e segurado, e impossibilita a decretação da inversão do ônus da prova com base no artigo 6º, VIII, da Lei nº 8078/90.** 3. Recurso a que se dá provimento, com base no artigo 557 § 1º-A do Código de Processo Civil, para afastar a inversão do ônus da prova decorrente da aplicação do Código de Defesa do Consumidor.”(TJ-RJ - AI: 00612946320148190000 RJ 0061294-63.2014.8.19.0000, Relator: DES. FERNANDO FOCH DE LEMOS ARIGONY DA SILVA, Data de Julgamento: 12/01/2015, TERCEIRA CAMARA CIVEL, Data de Publicação: 16/01/2015).

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação⁷.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação⁸.

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar **máximo** de 20% (vinte por cento), nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos dos incisos I, II, III e IV do §2º art. 85, do Código de Processo Civil.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (dez por cento), conforme supracitado.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, ante a ausência de laudo pericial do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar a indenização, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação.

Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, requer a total improcedência dos pedidos da parte autora.

Em caso de eventual condenação, pugna a Ré, **pela aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez, exposta na lei 11.945/2009, bem como o que preconiza a Súmula 474 do STJ.**

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida, a correção monetária na forma da fundamentação da peça de bloqueio e honorários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10% (dez por cento).

Por se tratar de ônus da prova da parte autora, pugna-se pela realização da prova pericial pelo IML com o fito de auferir o nexo de causalidade entre a lesão da vítima e o suposto acidente automobilístico, bem como se há valor indenizável a ser pago. Caso Vossa Excelência assim não entenda, requer que os custos da realização da prova pericial sejam arcados pela parte autora ou pelo Estado, eis que imprescindível a produção da prova para o deslinde da demanda.

Requer, outrossim, a produção de prova documental suplementar e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da vítima para que esclareça:

- Queira a vítima esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características, o membro ou segmento do corpo afetado e se houve encaminhamento ao hospital;

⁷“SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”

⁸art.

1º

(...)

§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.

- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial ou outro sinistro;
- Se a vítima recebeu algum valor referente a este ou outro sinistro.

Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome do patrono KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ, inscrito sob o nº 2595/SE, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

ARACAJU, 4 de setembro de 2020.

KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ
2592 - OAB/SE

QUESITOS DA RÉ

- 1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexo de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;
- 2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;
- 3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando a vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;
- 4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;
- 5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;
- 6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;
- 7 - Considerando que a tabela inserida à Lei 11.945/09 em três casos faz distinção quando a vítima é acometida por lesão em ambos os membros, seria possível o Sr. Perito indicar adequadamente a média da lesão sofrida nos termos da tabela? Em caso positivo qual seria a gradação (10%, 25%, 50%, 75% ou 100%)?
 - Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores;
 - Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés;
 - Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior;
- 8 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.

Por fim com fulcro no artigo 5º, LV, da Constituição Federal, requer que após a produção da prova pericial, seja aberto prazo para as partes se manifestarem sobre o laudo, a fim de que não se cause na demanda o cerceamento de defesa, frente ao princípio constitucional do devido processo legal.

TABELA DE GRADAÇÃO

Danos Corporais Previstos na Lei	Total (100%)	Intensa (75%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior					
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral					
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica					
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés					
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar					
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo					
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão					
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé					
Perda integral (retirada cirúrgica) do bço					

SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/SE 780-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa da advogada KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ, inscrito na 2592 - OAB/SE, com escritório na RUA PACATUBA, N.º 254, SALA 210, CENTRO. ARACAJU/SE, os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **CELIO MAURICIO SILVA**, em curso perante a **VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRANSITO VADT** da comarca de **ARACAJU**, nos autos do Processo nº 00336169220208250001.

Rio de Janeiro, 4 de setembro de 2020.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/SE 780-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

ENTRE A SEDE DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF

33.3.0028479-6

Figure 4 *Continued*

Sociedade anônima

Positive Environmental

Normal

12th An. Dendrocinia

00-2018/017153-4

26/01/2018 - 10:52:13

JUCERIA

Other Arguments

0000131501-18/12/2017

DOI: 10.1002/9781118471996.ch1

SEGURO LÍDER DOS CONSORCÍOS DO SEGURO DPVAT S/A

Balance(s): 102595034

Week: ECC32023-D73D-4232-8033-7CC99416A904

Órgão	Calculado	Pago
Juiza	570,00	570,00
DRF	21,00	21,00



REQUERIMIENTO


Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

[illegible]

Representante legal da empresa

Local	Nome:	
	Assinatura:	
	Telefone de contato:	
Data	E-mail:	
	Tipo de documento:	Híbrido
	Data de criação:	24/01/2018
	Data da 1ª entrada:	



00-2018/017153-4

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO PRIVAT S/A

NÍQUE: 133.0020479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

NUM: 133.0028479-9 Protocolo: 00-2018/01152-4 Data do protocolo: 28/11/2018
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NUMERO 00001149058 e demais constantes do termo de autenticação.

Authenticating: FD69743867A48220CF0K4956AFAD5ECF8FFD5CF68740F233K496AFDABDE1FD8

3 Para validar o documento acesse <http://www.tuceria.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 2/13



**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2017, às 10 horas, na Rua da Assembleia, nº 100 - 26º andar - Sala de Reunião do Conselho de Administração, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

2. CONVOCAÇÃO: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 07 de dezembro de 2017.

3. PRESENÇA: Presentes os conselheiros titulares: Roberto Barroso, Celso Damadi, Jabil de Mendonça Alexandre, Rosana Techima Salsano, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Alfredo Lalia Neto, Marcelo Goldman, Bernardo Dieckmann, João Gilberto Possiede, Nicolás Jesus Di Salvo, Paulo de Oliveira Medeiros, João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo e Paulo Augusto Freitas de Souza, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia. Presentes, ainda, os conselheiros suplentes Leonardo F. Semenovitch, Sidney Aparecido Pariz, Anderson Fernandes Peixoto e Maurício Bernardes, que, por força da presença dos respectivos Conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia.

4. MESA: Presidente: Roberto Barroso; Secretária: Isabella Maria Azevedo da Cunha.

5. ORDEM DO DIA: deliberar sobre:

- (i) reeleição de Diretores Estatutários; e
- (ii) eleição de membro para o Comitê de Auditoria.

6. DELIBERAÇÕES: Iniciados os trabalhos pelo item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reeleger para um mandato de 01 (um) ano os seguintes membros da Diretoria da Companhia: (a) **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; (b) **HELIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor sem designação específica da

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do
Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 1 de 3

Companhia; e (c) **CRISTIANE FERREIRA DA SILVA**, brasileira, solteira, securitária, titular do documento de identidade nº 16.482.014-0, expedido pela SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 060.179.048-09, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretora sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia, permanecendo nos respectivos cargos até a investidura dos seus sucessores. Os Diretores ora eleitos aceitaram e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis, em desacordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº. 8.934, 18 de dezembro de 1994 e no art. 147 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ciente de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, retirar o item (II) da ordem do dia de pauta. Em decorrência do item (I) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reafirmar as funções específicas perante a SUSEP atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, conforme segue. Deixa-se de atribuir as funções de que tratam os itens 1.2.1.5, 1.2.1.6, e 1.2.1.7, da Carta Circular nº 1/2016/Susep-Cgrat, tendo em vista inexistirem as referidas atividades na Companhia:

N	MEMBRO	RCA	MANDATO	FUNÇÃO ESPECÍFICAS PERANTE À SUSEP
1	José Ismar Alves Tôres	14.12.2017	13.12.2018	Diretor Presidente
2	Helio Bitton Rodrigues	14.12.2017	13.12.2018	sem função específica
3	Cristiane Ferreira da Silva	14.12.2017	13.12.2018	Diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 321/15) (executiva ou operacional)
4	Milton Bellizia	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelas relações com a SUSEP (executiva ou operacional)
				Diretor responsável administrativo-financeiro (executiva ou operacional)
				Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (executiva ou operacional)
5	Andrea Louise Ruano Ribeiro	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12) (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes (fiscalização ou controle)

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 2 de 3

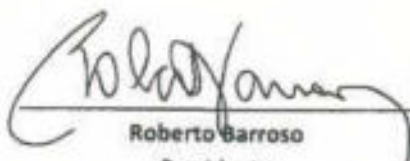
CR *Luci*

7. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

8. ASSINATURAS: A presente ata foi assinada por: Roberto Barroso – Presidente (ass.), Isabella Maria Azevedo da Cunha – Secretária (ass.), Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre (ass.), Rosana Techima Salsano (ass.), Ivan Luiz Gontijo Junior (ass.), Alfredo Lalia Neto (ass.), Marcelo Goldman (ass.), Bernardo Dieckmann (ass.), João Gilberto Possiede (ass.), Nicolás Jesus Di Salvo (ass.), Paulo de Oliveira Medeiros (ass.), João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo (ass.) e Paulo Augusto Freitas de Souza (ass.).

Certifico que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


Roberto Barroso
Presidente


Isabella Maria Azevedo da Cunha
Secretária

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do
Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 3 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4856AFAD858CF8FFD5CF68740F233E496AFDA80X1F88

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo. Pag. 5/13



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Rua Presidente Alfonso Lopes, nº 25, apto 402 – Lagoa, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22071-050, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

JOSE ISMAR ALVES TORRES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00053149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFEE4836AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1F88

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 8/13



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

HÉLIO BITTON RODRIGUES, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Rua Visconde de Pirajá, 228, apto 203, Ipanema, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22410-000, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


HÉLIO BITTON RODRIGUES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 33.3.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149039 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6376386FA88220CFDE4B56AFAD5ECF8FFDDCF88740F233E496AFDA30X1F8S

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 10/15



12/10

ANEXO I À ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., REALIZADAS EM 17 DE MARÇO DE 2016



4996507

"SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º – A SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. (a "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º – A Companhia tem por objeto operar nos ramos de seguros de danos e de pessoas, podendo participar de consórcios como líder, como previsto na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Artigo 3º – A Companhia tem sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14 e 15 andares, podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão da Diretoria, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País.

Artigo 4º – A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º – O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro – Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Artigo 6º – Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe ou adquiri-las para mantê-las em Tesouraria, pelo valor patrimonial da ação do último balanço auditado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as demais características da operação.

CAPÍTULO III – ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO 7º – A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sempre por maioria absoluta de votos, excetuados os casos expressos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016.
Página 1 de 10

Bernardo R. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D798CBA11812475AE8208296B235403C7645C895
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



4896508

ARTIGO 8º - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

Parágrafo Primeiro - A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, também será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

Parágrafo Segundo - A mesa da Assembleia Geral será presidida por um acionista, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear até 2 (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, para assessorá-lo a dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões e reduzir a termo o que foi deliberado, produzindo a competente ata.

Parágrafo Terceiro - Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião acontecer.

Parágrafo Quarto - Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

Parágrafo Quinto - As decisões da Assembleia Geral serão formalizadas através de ata que deverá conter a transcrição das deliberações tomadas. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autenticadas para os fins legais.

Parágrafo Sexto - Somente será aprovada a modificação do objeto social da Companhia com a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

ARTIGO 9º - A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

Parágrafo Primeiro - Os Conselheiros e os Diretores serão investidos, após a aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

Parágrafo Segundo - O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores estender-se-á até a investidura dos respectivos sucessores.

Parágrafo Terceiro - As atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão lavradas em livro próprio e serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 2 de 10

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11B12475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



4996509

Parágrafo Quarto – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

Parágrafo Quinto – Caberá à Assembleia Geral fixar o montante global da remuneração dos Administradores, a qual será distribuída e destinada conforme deliberação do Conselho de Administração.

CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 10 – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, composto por, no mínimo, 9 (nove) membros, e no máximo, 15 (quinze) membros, e igual número de suplentes, todos acionistas, residentes no País ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, e com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro - Os membros do Conselho de Administração terão as seguintes denominações: Conselheiro Presidente, Conselheiro Vice-Presidente e demais conselheiros sem designação específica.

Parágrafo Segundo – O membro do Conselho de Administração, que tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia, não poderá ter acesso a informações nem participar e exercer o direito de voto nas deliberações do Conselho de Administração que configurem tal impedimento. Poderá, todavia, ser substituído por seu suplente, desde que este não esteja igualmente impedido.

Parágrafo Terceiro – O primeiro mandato dos membros do Conselho de Administração poderá ser superior a 1 (um) ano, se estendendo até a Assembleia Geral Ordinária que se realizar em 2009, referente ao exercício de 2008.

ARTIGO 11 – Eleito pela Assembleia Geral o Conselho de Administração, caberá a este a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, por maioria de votos. O Vice-Presidente substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos temporários.

ARTIGO 12 – Na hipótese de ausências e impedimentos temporários de membro do Conselho de Administração, caberá ao seu suplente substituí-lo, e, no caso de vacância de cargo do Conselho de Administração, o conselheiro ausente será substituído por seu suplente até que seja eleito novo membro e seu respectivo suplente pela primeira Assembleia Geral.

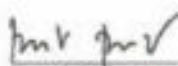
ARTIGO 13 – Todas as deliberações do Conselho de Administração, feitas nas competentes reuniões e devidamente lavradas em atas, serão tomadas pela maioria de votos dos presentes.

Parágrafo Primeiro – O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração terão direito a voto, cabendo, ainda, ao Presidente em exercício, na hipótese de empate nas deliberações, o voto de desempate.

Parágrafo Segundo - Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar será necessário a presença da maioria de seus membros em exercício (titulares ou suplentes), desde que a reunião tenha sido regularmente

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 3 de 10


Bernardo A.S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/08/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

13/4

convocada.



4996510

Parágrafo Terceiro - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as reuniões do aludido Conselho de Administração, e escolher o secretário da reunião, que poderá não ser membro do Conselho de Administração.

ARTIGO 14 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente ou, conjuntamente, por 3 (três) de seus membros.

Parágrafo Primeiro - Os membros da Diretoria Executiva participarão das reuniões do Conselho de Administração, quando convocados pelo Presidente do Conselho de Administração a pedido de qualquer de seus membros, para esclarecer sobre quaisquer assuntos de interesse da Companhia.

Parágrafo Segundo - As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas, por escrito, mediante carta, telegrama ou e-mail a cada um dos seus membros, e dos membros da Diretoria Executiva quando for o caso, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data de sua realização. O local de realização das reuniões do Conselho de Administração deverá constar do competente anúncio de convocação, juntamente com o horário, a data de realização e a ordem do dia.

Parágrafo Terceiro - Independentemente das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que comparecerem todos os membros titulares do Conselho de Administração ou seus suplentes, expressamente autorizados pelos respectivos titulares.

ARTIGO 15 - Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições que lhe são conferidas por lei:

- a) convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e aprovar as diretrizes políticas empresariais e objetivos básicos para todas as áreas principais da atuação da Companhia, bem como a sua política de investimentos financeiros;
- c) aprovar o orçamento anual, o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- d) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições através de um Regimento da Diretoria Executiva, bem como atribuir, dentro do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais de cada um dos membros da Administração da Companhia;
- e) eleger, destituir e fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia;
- f) fiscalizar a gestão dos Diretores, podendo examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados ou em vias de celebração pela Diretoria Executiva;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 4 de 10

Bernardo F. S. Benavente
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7845C895
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

13/4



4996511

g) manifestar-se, previamente, sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;

h) por proposta da Diretoria Executiva, deliberar sobre a declaração de dividendos à conta de lucros apurados em balanços semestrais e submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

i) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, contratos de marketing, etc.), bem como contrato financeiro, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e de locação cujo valor exceder o limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

j) autorizar a concessão de qualquer garantia, pela Companhia, qualquer que seja o montante, vedada a concessão de garantias para negócios estranhos aos interesses sociais;

k) a aprovação de qualquer transação para pôr término a litígio de valor superior ao limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

l) estabelecer, por proposta da Diretoria Executiva, critérios gerais de remuneração e a política de benefícios, diretos e indiretos, do quadro de funcionários;

m) decidir sobre a aquisição das próprias ações da companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria e, neste último caso, deliberar sobre a sua eventual alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;

n) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, analisando e homologando os resultados de seus trabalhos;

o) contribuir para o desenvolvimento de modelos, metodologias e processos de gestão, recomendando à Diretoria Executiva o alinhamento da companhia às melhores práticas, atuando como agente de modernização;

p) analisar e aprovar as propostas para novos investimentos em equipamentos, os compromissos de parcerias e associações e os assumidos com colaboradores;

q) definir diretrizes para o planejamento estratégico;

r) aprovar dotações orçamentárias para cada área e projetos, avaliando e aprovando os resultados a serem atingidos e seus ajustes;

s) manter-se devidamente atualizado sobre os riscos dos negócios;

t) aprovar a contratação de serviços de regulação e de liquidação de sinistros.

u) aprovar e fazer cumprir o Código de Ética da Companhia; e

v) resolver sobre os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 5 de 10

Bernardo K. L. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575165 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF8A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

15/4

lei ou este Estatuto não confirmam a outro órgão da Companhia.



4996512

ARTIGO 16 – São atribuições específicas do Presidente do Conselho de Administração:

- a) fixar as datas para as reuniões ordinárias e convocar as reuniões extraordinárias do Conselho;
- b) presidir as reuniões e supervisionar os serviços administrativos do Conselho;
- c) dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto; e
- d) zelar pela preservação do estatuto social, e pelo cumprimento das atribuições que cabem ao Conselho de Administração;

Parágrafo Único – Incumbe ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente durante as suas ausências ou impedimentos.

CAPÍTULO VI - COMITÊ DE AUDITORIA

ARTIGO 17 – A Companhia terá um Comitê de Auditoria.

ARTIGO 18 - O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros e se regerá, em todos os seus aspectos, pelo previsto na legislação do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados.

Parágrafo único - Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a sua reeleição na forma da legislação em vigor, e receberão, a título de remuneração, o estabelecido pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO VI – DIRETORIA EXECUTIVA

ARTIGO 19 - A Diretoria Executiva é o órgão de representação da Companhia, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais e será composta pelo Diretor Presidente e por 4 (quatro) Diretores sem designação específica, dentre eles um responsável pelos controles internos e que terá as atribuições da Lei nº 9.613/98, outro que será o responsável técnico e responsável pela prevenção de fraudes, outro que será responsável pelo relacionamento com a SUSEP e, dentre eles, ainda, um diretor responsável administrativo-financeiro, que também será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, tudo conforme o que dispõe a regulamentação em vigor, com as demais atribuições estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia

Parágrafo Primeiro – Os Diretores serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Segundo – Na hipótese das ausências e impedimentos dos Diretores caberá ao Diretor-Presidente indicar, entre os demais Diretores, o substituto, sendo atribuição do Conselho de Administração tomar as medidas necessárias em caso de ausência

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 6 de 10

Bernardo F. S. Barwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9ADC88883B2947C61B477D79BCBA11812475AE92082968235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

16/7

temporária do Diretor-Presidente, bem como deliberar sobre o preenchimento da vaga em caso de vacância de qualquer um dos Diretores.



4896513

ARTIGO 20 – Cabe aos integrantes da Diretoria Executiva, em conjunto, supervisionar e controlar todos os assuntos da Companhia, de acordo com as diretrizes e políticas determinadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, competindo-lhe ainda:

- a) administrar os bens e serviços da Companhia;
- b) gerir as atividades da Companhia, obedecendo rigorosamente às diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;
- c) zelar pelo fiel cumprimento do presente estatuto social;
- d) cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- e) elaborar e apresentar anualmente, ao Conselho de Administração, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço e prestação de contas do exercício findo, bem como a sua compatibilidade com o planejamento estratégico e orçamento plurianual da Companhia;
- f) preparar e submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual e o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- g) elaborar e escriturar o balanço e os livros contábeis referentes às demonstrações do exercício findo, para oportuna manifestação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- h) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, convênios), bem como contratos financeiros, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e locação dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- i) aprovar qualquer transação para pôr término a litígio dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- j) admitir e dispensar o pessoal administrativo;
- h) representar a Companhia em juízo ou fora dele.

ARTIGO 21 - Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) executar a política, as diretrizes e as atividades de administração da Companhia, conforme especificado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 7 de 10

Bernardo F. S. Barwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208295B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

12/3



4896514

c) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades da Companhia, através da apresentação mensal de balancete econômico-financeiro e patrimonial da Companhia;

d) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades do Seguro DPVAT e o andamento de suas operações;

e) propor um código de ética para a Companhia, consistente com o código de ética aprovado pelo órgão de representação sindical superior das empresas de seguro;

f) avaliar periodicamente o desempenho dos Diretores, informando a sua conclusão ao Conselho de Administração;

g) delegar para qualquer um dos Diretores a execução das atribuições que estejam dentro de sua alçada; e

i) exercer outras funções que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 22 – Como regra geral, a Companhia se obrigará validamente sempre que representada por:

a) dois Diretores;

b) qualquer Diretor em conjunto com um procurador;

c) dois procuradores com poderes especiais.

Parágrafo Primeiro – Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras:

a) todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor. Na ausência do Diretor-Presidente, as procurações serão outorgadas por dois Diretores em conjunto;

b) quando a procuração tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização da Diretoria Executiva, a sua outorga ficará sujeita ao disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula.

Parágrafo Segundo – O prazo de mandato contido nas procurações outorgadas pela Companhia não poderá exceder o prazo de mandato da Diretoria Executiva, exceto para as procurações judiciais, que terão o prazo correspondente à duração da respectiva ação judicial ou, se inaplicável, prazo indeterminado.

CAPÍTULO VIII - CONSELHO FISCAL

ARTIGO 23 – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujos deveres, competências e responsabilidades serão os definidos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 8 de 10

Bernardo F.S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9ADC86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



4996515

Parágrafo Primeiro – O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo – O Conselho Fiscal poderá reunir-se, sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações.

CAPÍTULO IX – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS

ARTIGO 24 – O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

ARTIGO 25 – Em cada exercício, os acionistas terão direito a receber, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, obedecido o mínimo obrigatório de 25% sobre aquele lucro líquido, com os seguintes ajustes:

- a) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas;
- b) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências;
- c) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Diretoria Executiva poderá propor, e o Conselho de Administração e a Assembleia Geral aprovarem, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01).

ARTIGO 26 – A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo Único – Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

ARTIGO 27 – A Companhia poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio.

Parágrafo Único – A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório.

CAPÍTULO X - LIQUIDAÇÃO

ARTIGO 28 – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, observadas as disposições contidas no artigo 68 e seguintes do Decreto nº 60.459, de 13

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 9 de 10


Benedito F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE92082968235403C7645C895
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

de março de 1967.

19/1/1



4996516

XI – DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 29 - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais da Companhia.

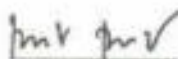
ARTIGO 30 - A Companhia observará todos os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar as transferências de ações contrárias aos seus respectivos termos e cabendo ao Presidente da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, abster-se de computar os votos proferidos com infração dos mencionados acordos de acionistas.

ARTIGO 31 - A Companhia assegurará a seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia e na forma definida pela Diretoria Executiva a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função na Companhia.

Parágrafo Único - Sem prejuízo para o disposto no caput, a Companhia manterá contrato de seguro de responsabilidade civil (seguro D&O) permanente em favor de seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais para resguardá-los de quaisquer atos ou fatos pelos quais eventualmente venham a ser responsabilizados, cobrindo todo o período de exercício de seus respectivos mandatos.

ARTIGO 32 - Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir todas as questões oriundas deste Estatuto Social com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja."

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 10 de 10


Fernando F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163578185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 48F9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE92082968235403C7645C696
Arquivamento: 00002958603 - 11/10/2016

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração a **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031-205, inscrita no CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, CPF/MF nº 186.088.769-49, RG 2.237.060, SSP-DF, e por seu Diretor Jurídico, **HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, CPF/MF nº 990.536.407-20 e OAB/RJ nº 71.709; nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os advogados **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, CPF/MF nº 082.587.197-26 e OAB/RJ nº 135.132; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, CPF/MF nº 542.587.407-30 e OAB/RJ nº 62.420; **JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, CPF/MF nº 110.916.708-38 e OAB/SP nº 111.807; **ANA CAROLINA MARTINS GUIMARÃES DE SOUZA**, brasileira, CPF/MF nº 079.914.007-43 e OAB/RJ nº 111.545; **ANDRÉ SCHIESARI DE MIRANDA**, brasileiro, CPF/MF nº 012.941.857-99 e OAB/RJ nº 83.969; **FERNANDA JOSÉ DA SILVA FREIRE**, brasileira, CPF/MF nº 037.242.447-38 e OAB/RJ nº 161.160; **JULIO CEZAR DE AZEVEDO FARIA**, brasileiro, CPF/MF nº 532.246.397-68 e OAB/RJ nº 63.359; **LEILA MARCIA NOGUEIRA DA COSTA CAIRES**, brasileira, CPF/MF nº 034.062.507-42 e OAB/RJ nº 125.974; **PAULO LEITE DE FARIAS FILHO**, brasileiro, CPF/MF nº 029.186.977-70 e OAB/RJ nº 113.674; **JULIANA DANTAS BORGES**, brasileira, CPF/MF nº 055.255.997-08 e OAB/RJ nº 135.435; **DANIELA FERREIRA MENDES DE OLIVEIRA CASTRO**, brasileira, CPF/MF nº 088.398.387-75 e OAB/RJ nº 135.731; **DAVID SANTOS DA CRUZ**, brasileiro, CPF/MF nº 115.998.867-66 e OAB/RJ nº 174.217; todos com endereço profissional à Rua da Assembléia, nº 100, 26º andar, Centro, CEP 20011-904, no Município do Rio de Janeiro - RJ, conferindo os poderes da cláusula *Ad Judicia et Extra* para atuar no foro em geral, em qualquer Juízo, Instância, Tribunal e Órgãos de Proteção e Defesa do Consumidor, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, atuar em processos físicos e eletrônicos, realizar cadastro e acessar sistemas digitais, nomear prepostos, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, autorizados, desde já, a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, devendo todo e qualquer levantamento judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016, tendo prazo de validade indeterminado.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.


JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES
DIRETOR PRESIDENTE


HÉLIO BITTON RODRIGUES
DIRETOR

17º  Ofício de Notas DA CAPITAL	Tableteiro: Carlos Alberto Figueira Oliveira Rua do Carmo, 47 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel: 2107-9801	ADB28690 088674
Reconheço por ALTEMENTO as firmas de: HELIO BITTON RODRIGUES e		
JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES (00000524453)		
Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2018.		
Em testemunho da verdade.		
Conf. por: Paula Cristina A. D. Gaspar - Aut.		
Serventia T. H. F. L. S.		
Total		
CARTÓRIO 17º OFÍCIO DE NOTAS RJ Paula Cristina A. D. Gaspar Escritor 1 3.90 1 1278-48062 série 05077 ME Aut. 20.5.3º Lei 8.986/94		
EOLP: 011100-011-56882 GRS		
Consulte em https://www3.tirri.jus.br/sitepublico		

SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador das Seguradoras: **AIG SEGUROS BRASIL S/A**; **ALFA PREVIDÊNCIA E VIDA S/A**; **ALFA SEGURADORA S/A**; **ALIANÇA DO BRASIL SEGUROS S/A**; **AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS**; **ANGELUS SEGUROS S/A**; **ARGO SEGUROS BRASIL S/A**; **ARUANA SEGUROS S.A.**; **ASSURANT SEGURADORA S.A**; **ATLÂNTICA CIA DE SEGUROS**; **AUSTRAL SEGURADORA S/A**; **AXA CORPORATE SOLUTIONS SEGUROS S.A**; **AXA SEGUROS S/A**; **AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**; **BANESTES SEGUROS S/A**; **BMG SEGUROS S/A**; **BRDESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS**; **BRASIL VEÍCULOS CIA. DE SEGUROS**; **BTG PACTUAL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CAIXA SEGURADORA S/A**; **CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CARDIF DO BRASIL SEGUROS E GARANTIAS S/A**; **CARDIF DO BRASIL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CESCEBRASIL SEGUROS DE GARANTIAS E CRÉDITOS S/A**; **CHUBB SEGUROS BRASIL S/A**; **CIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA**; **CIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL**; **CIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL**; **CIA EXCELSIOR DE SEGUROS**; **COMPREV SEGURADORA S/A**; **COMPREV VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **DAYPREV VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **ESSOR SEGUROS S/A**; **FAIRFAX BRASIL SEGUROS CORPORATIVOS S/A**; **FATOR SEGURADORA S/A**; **GAZIN SEGUROS S.A.**; **GENERALI BRASIL SEGUROS S/A**; **GENTE SEGURADORA S/A**; **ICATU SEGUROS S/A**; **INVESTPREV SEGURADORA S/A**; **INVESTPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S/A**; **J. MALUCELLI SEGURADORA S/A**; **MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A**; **MAPFRE VIDA S/A**; **MBM SEGURADORA S/A**; **MG SEGUROS VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **MITSUMI SUMITOMO SEGUROS S/A**; **MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **OMINT SEGUROS S/A**; **PAN SEGUROS S/A**; **PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS**; **PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **POTENCIAL SEGURADORA S/A**; **PREVIMAX PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEGURADORA S/A**; **PREVIMIL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **SABEMI SEGURADORA S/A**; **SAFRA SEGUROS GERAIS S/A**; **SAFRA VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **SANCOR SEGUROS DO BRASIL S/A**; **SINAF PREVIDENCIAL CIA. DE SEGUROS**; **SOMPO SEGUROS S/A**; **STARR INTERNATIONAL BRASIL SEGURADORA S.A.**; **SUHA SEGUROS S/A**; **SWISS RE CORPORATE SOLUTIONS BRASIL S/A**; **TOKIO MARINE SEGURADORA S/A**; **TRAVELERS SEGUROS BRASIL S/A**; **UNIÃO SEGURADORA S/A – VIDA E PREVIDÊNCIA**; **USEBENS SEGUROS S/A**; **VANGUARDA CIA DE SEGUROS GERAIS**; **XL SEGUROS BRASIL S/A**; **ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; doravante denominada Outorgante, conforme instrumento de mandato nº 107.

anexo, substabeleço, com reserva de iguais, nas pessoas dos **Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, OAB/RJ 152.629; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, OAB/RJ 140.522; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, casada, OAB/RJ 185.681; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: (21) 3265-5600, os poderes que me foram conferidos para a plena defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT, ficando, desde já, **VEDADO receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física**, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1912-7, Conta nº 644000-2, em nome de **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A**, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016.

Rio de Janeiro, 25 de setembro de 2018.



MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS

OAB/RJ 135.132



BANCO DO BRASIL

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001 AGÊNCIA: 1769-8 CONTA: 000000611000-2

DATA DA TRANSFERENCIA: 03/07/2019

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL: 1.687,50

*****TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: CELIO MAURICIO SILVA

BANCO: 104

AGÊNCIA: 02175

CONTA: 000000007151-0

Nr. da Autenticação 10807813B57FA266

PARECER DE ANÁLISE MÉDICA

DADOS DO SINISTRO

Número: 3190387399

Cidade: Aracaju

Natureza: Invalidez Permanente

Vítima: CELIO MAURICIO SILVA

Data do acidente: 18/08/2017

Seguradora: USEBENS SEGUROS S/A

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 28/06/2019

Valoração do IML: 0

Perícia médica: Não

Diagnóstico: FRATURA BIMALEOLAR DO TORNOZELO DIREITO. P2
FRATURAS DO 1º E DO 2º METATARSOS DIREITO. P2

Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CIRÚRGICO - OSTEOSÍNTESE COM PLACA E PARAFUSOS. P20
ALTA.

Sequelas permanentes: LIMITAÇÃO DO ARCO DE MOVIMENTO DO TORNOZELO DIREITO.

Sequelas: Com sequela

Conduta mantida:

Quantificação das sequelas: APRESENTA APÓS ANÁLISE MÉDICO DOCUMENTAL DÉFICIT FUNCIONAL MODERADO DO TORNOZELO DIREITO.

Documentos complementares:

Observações:

Este parecer substitui os demais pareceres anteriores a esta data.

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda completa da mobilidade de um tornozelo	25 %	Em grau médio - 50 %	12,5%	R\$ 1.687,50
Total			12,5 %	R\$ 1.687,50

Paciente:	Celio Mauricio Silva	Dt entrada:	18/08/2017 15:08:44
Convênio:	Plamed Gold	Atendimento:	901114
Médico:	Ramses Matos Couvre	Sector:	HP - Pronto Atendimento - Adulto

Data Liberação	Profissional	Tipo Justificativa	Prorrogação
18/08/2017 15:29:13	Ramses Matos	Procedimento	

Cirurgia Geral

Anamnese:

Paciente trazido pelo SAMU 192 em protocolo e com regulação prévia. Refere acidente moto x carro. Refere que fazia uso de capacete que foi ejetado. **Relato de síncope pelo SAMU**, nega vômitos. Nega alergias e comorbidades. No momento refere dor em escoriações, Perna direita (suspeita de fratura), dor a inspiração profunda. Refere desconhecer ultima vacina anti-tetânica.

Ao exame:

Dados vitais:

SAMU --> PA= 130x80 mmHg FC= 79 bpm SatO2= 99%

HOSPITAL --> PA= 131x79 mmHg FC= 92 bpm SatO2= 97%

A) Vias aéreas permeas, com colar cervical, nega dor cervical a palpação ou mobilização

B) MV+, sem RA

C) Sem sangramentos ativos

D) Glasgow 15, pupilas isocóricas e fotorreagentes

E) Abdome flácido e indolor, sem sinais de irritação peritoneal. Pelve estável e sem dor as manobras.

Escoriações em face, dorso, MSD, MID. Imobilização em perna direita por suspeita de fratura fechada.

Condução:

- TC de crânio



INVESTPREV

18 JUN 2019

Nome **Celio Mauricio Silva** Prontuário **Atendimento 901114**
Data Nasc **11/07/1982** Idade **35a 1m 7d** CNAS
RG **21442568** CPF **006.802.315-44** Sexo **Masculino** Cor **Estado Civil**
Profissão **Convênio Plamed** Nacionalidade
Pai **Mãe Maria do Carmo Santos Silva**
Endereço **Aracaju - Rua Lenio de Moura Moraes, 155 bloc 2** Bairro **Farolan**
Cidade **Aracaju** UF **SE** CEP **49031040**
Dt. Admissão **18/08/2017** Responsável **mesmo** Telefone **99562867** Fone Adic

Data Anamnese **18/08/2017 17:41:13** Profissional **Ayrton Andre Melo Santos** Conselho **CRM 3837**

ORTOPEDIA:

PACIENTE VITIMA DE ACIDENTE AUTOMOBILISTICO HOJE.

REFERE DOR IMPORTANTE EM ANTEBRAÇO DIREITO E TORNOZELO DIREITO.

EF: ECORIAÇÕES IMPORTANTES EM ANTEBRAÇO DIREITO
DOR EDEMA E DEFORMIDADE EM TORNOZELO DIREITO

RX ANTEBRAÇO DIR: SEM ALTERAÇÕES

RX TORNOZELO DIR: FRATURA BIMALEOLAR DESVIADA E FRATURA EM 1° E 2° MTT DIR

CD: IMOBILIZAÇÃO EM TALA GESSADA.
ORIENTAÇÕES QUANTO A TRATAMENTO
INDICO CIRURGIA APÓS MELHORA DO EDEMA
ALTA PELA ORTOPEDIA

Dr. Ayrton Melo
Ortopedia e Traumatologia
Rua Manoel, 708 Lapa 03, Aracaju-SE
CRM-SE 3837 - RBOY 13858



Resumo do Pronto Atendimento

Paciente Celio Mauricio Silva
Data Nasc. 11/07/1982 35 Anos
Sexo Masculino
Telefone 32554940
Setor HP - Pronto Atendimento - Adulto

Atendimento 901.114
Prontuário 180.960
Dt. Entrada 18/08/2017 15:08:44
Convênio Plamed Gold Ambulatorial
Setor 01

Anamnese 18/08/2017 17:41:13 Profissional Ayrton Andre Melo Santos Cod Prof CRM 3837

ORTOPEDIA:

PACIENTE VITIMA DE ACIDENTE AUTOMOBILISTICO HOJE.

REFERE DOR IMPORTANTE EM ANTEBRAÇO DIREITO E TORNOZELO DIREITO.

EF: ECORIAÇÕES IMPORTANTES EM ANTEBRAÇO DIREITO
DOR EDEMA E DEFORMIDADE EM TORNOZELO DIREITO

RX ANTEBRAÇO DIR: SEM ALTERAÇÕES

RX TORNOZELO DIR: FRATURA BIMALEOLAR DESVIADA E FRATURA EM 1° E 2° MTT DIR

CD: IMOBILIZAÇÃO EM TALA GESSADA.
ORIENTAÇÕES QUANTO A TRATAMENTO
INDICO CIRURGIA APÓS MELHORA DO EDEMA
ALTA PELA ORTOPEDIA

18/08/2017 15:15:39 Ramses Matos Couvre CRM 4184
Cirurgia Geral

Anamnese:

Paciente trazido pelo SAMU 192 em protocolo e com regulação prévia. Refere acidente moto x carro. Refere que fazia uso de capacete que foi ejetado. Relato de síncope pelo SAMU, nega vômitos. Nega alergias e comorbidades. No momento refere dor em escoriações, Perna direita (suspeita de fratura), dor a inspiração profunda. Refere desconhecer ultima vacina anti-tetânica.

Ao exame:

Dados vitais:

SAMU -> PA= 130x80 mmHg FC= 79 bpm SatO2= 99%

HOSPITAL -> PA= 131x79 mmHg FC= 92 bpm SatO2= 97%

A) Vias aereas périeas, com colar cervical, nega dor cervical a palpação ou mobilização

B) MV+, sem RA

C) Sem sangramentos ativos

D) Glasgow 15, pupilas isocóricas e fotorreagentes

E) Abdome flácido e indolor, sem sinais de irritação peritoneal. Pelve estável e sem dor as manobras.

Escoriações em face, dorso, MSD, MID. Imobilização em perna direita por suspeita de fratura fechada.

Conduta:

- Curativos com kollagenase
- Lavar ferimentos
- Analgesia
- Tetanogama
- R-x de cervical, tórax, pelve, perna direita
- TC de crânio
- Avaliação da ortopedia após radiografias
- Avaliação da neurocirurgia após TC de crânio



Sinais Vitais 19/08/2017 00:01:00 122 66 100 16 36.2
max(mmHg)PA min(mmHg) FC(bpm) FR(mmm) Temp(°C) Peso(Kg) Altura(Em)IMC(Kg/m²) SC(m²) BCF(bpm)

Resumo do Pronto Atendimento

Paciente **Cello Mauricio Silva**
Data Nasc. **11/07/1982** 35 Anos
Sexo **Masculino**
Telefone **32554940**
Setor **HP - Pronto Atendimento - Adulto**

Atendimento **901.114**
Prontuário **180.960**
Dt. Entrada **18/08/2017 15:08:44**
Convênio **Plamed Gold Ambulatorial**
Setor **01**

19/08/2017 06:12:46 113 54 100 20 36,6

Evolução

Profissional Cod Prof

18/08/2017 16:53:07 Ramses Matos Couvre CRM 4184

Recebo radiografias:

Torax: sem evidência de hemo/pneumotorax, fraturas

Bacia: sem alterações ao método

Cervical: sem alterações ao método.

Paciente refere melhora discreta no padrão de dor torácica. Já em avaliação pela ortopedia que solicitou complemento radiológico.

Conduta:

- Aguardar analgesia
- Aguardo TC de crânio e avaliação da neurologia
- Reavaliação após medicações.

18/08/2017 20:46:22 Ricardo Azevedo Moraes CRM 3657
#NEUROCIRURGIA-NEUROLIN-TRAUMA#

>>ACIDENTE MOTO X CARRO
-USAVA CAPACETE
-RELATO DE PERDA DE CONSCIÊNCIA

DEPARTAMENTOS DE SINISTROS
DPVAT
CONTEÚDO NÃO VERIFICADO

1 / DEZ 2018

Genia Seguradora S/A.
Rua Marília, 766 Loja 03-Aracaju/SE

PACIENTE NO MOMENTO APENAS COM QUEIXAS ALGICAS NOS LOCAIS DE TRAUMA

-AO EXAME: ECG 15, FM GRAU 5 GLOBAL, PORVAS CEREBELARES OK, SEM DOR EM COLUNAS.

-TCC: AUSENCIA DE FRATURA, AUSENCIA DE COLEÇÕES, SEM DESVIO DE LINA MÉDIA

-CD: OBSERVAÇÃO ATÉ AS 6:30, LIBERAR CASO NÃO HAJA INTERCORRENCIAS

Diagnóstico

Profissional

Tipo Diagnóstico

18/08/2017 15:29:25 Ramses Matos Couvre
T07 TRAUMATISMOS MULTIPLOS NAO Principal

Desfecho

Tipo
Alta

Especialidade

Motivo Alta
Alta

Orientação
Alta

Dr. Ayrton Melo
Ortopedia e Traumatologia
Cirurgia de Mão
CRM-SE 3837 - TEOR 2338

Impresso em 21/08/2017 15:44:29

Página 2

SMCSAN

Usuário desfecho: ACACruz

CATE00144

Paciente: Cello Mauricio Silva
Especialidade origem: Cirurgia Geral

Atendimento: 901.114
Especialidade destino: Neurocirurgia

Motivo da Consulta:

Cirurgia Geral

Anamnese:

Paciente trazido pelo SAMU 192 em protocolo e com regulação prévia. Refere acidente moto x carro. Refere que fazia uso de capacete que foi ejetado. Relato de síncope pelo SAMU, nega vômitos. Nega alergias e comorbidades. No momento refere dor em escoriações, Perna direita (suspeita de fratura), dor a inspiração profunda. Refere desconhecer ultima vacina anti-tetânica.

Ao exame:

Dados vitais:

SAMU --> PA= 130x80 mmHg FC= 79 bpm SatO2= 99%

HOSPITAL --> PA= 131x79 mmHg FC= 92 bpm SatO2= 97%

A) Vias aéreas permeas, com colar cervical, nega dor cervical a palpação ou mobilização

B) MV+, sem RA

C) Sem sangramentos ativos

D) Glasgow 15, pupilas isocóricas e fotorreagentes

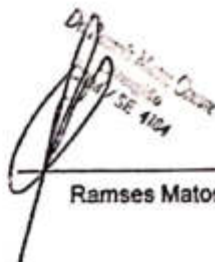
E) Abdome flácido e indolor, sem sinais de irritação peritoneal. Pelve estável e sem dor as manobras.

Escoriações em face, dorso, MSD, MID. Imobilização em perna direita por suspeita de fratura fechada.

Cônduta:

- Avaliação da neurocirurgia após TC de crânio

Data : 18/08/2017 15:23:32


SE 1104

Ramses Matos Couvre 4184



Paciente	Celio Mauricio Silva	Atendimento	901.114
Data Nascto.	11/07/1982 35 Anos	Prontuário	180.960
Sexo	Masculino	Dt. Entrada	18/08/17 15:08:44
Telefone	99562667	Convênio	Planned Gold Ambulatorial
Setor / Unid.	HP - Pronto Atendimento - Adulto - 01		

Data evolução	Liberação	Função	Tipo evolução	Especialidade	Usuário	Código prof
18/08/17 20:46	18/08 20:49	Médico	Evolução		Ricardo Azevedo	CRM 3657

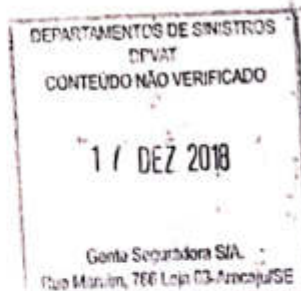
#NEUROCIRURGIA-NEUROCLIN-TRAUMA#

>>ACIDENTE MOTO X CARRO
-USAVA CAPACETE
-RELATO DE PERDA DE CONSCIÊNCIA.

PACIENTE NO MOMENTO APENAS COM QUEIXAS ALGICÂS NOS LOCAIS DE TRAUMA

-AO EXAME: ECG 15, FM GRAU 5 GLOBAL, PORVAS CEREBELARES OK, SEM DOR EM COLUNAS.
-TCC: AUSENCIA DE FRATURA, AUSENCIA DE COLEÇÕES, SEM DESVIO DE LINA MÉDIA
-CD: OBSERVAÇÃO ATÉ AS 6:30, LIBERAR CASO NÃO HAJA INTERCORRENCIAS

Dr. Ricardo Motta
Neurocirurgia
Cirurgia da Coluna
CRM/SE 3657



Paciente: Cello Mauricio Silva
Data Nasclo: 11/07/1982 35 Anos
Sexo: Masculino
Telefone: 99562667
Setor / Unid.: HP - Pronto Atendimento - Adulto - 01

Atendimento: 901.114
Prontuário: 180.960
Dt. Entrada: 18/08/17 15:08:44
Convênio: Plamed Gold Ambulatorial

Data evolução	Liberação	Função	Tipo evolução	Especialidade	Usuário	Código prof
8/08/17 16:53	18/08 16:54	Médico	Evolução.		Ramses Matos Couvre	CRM 4184

Recebo radiografias:

Tórax: sem evidência de hemo/pneumotorax, fraturas
Bacia: sem alterações ao método
Cervical: sem alterações ao método.

Paciente refere melhora discreta no padrão de dor torácica. Já em avaliação pela ortopedia que solicitou complemento radiológico.

Conduta:

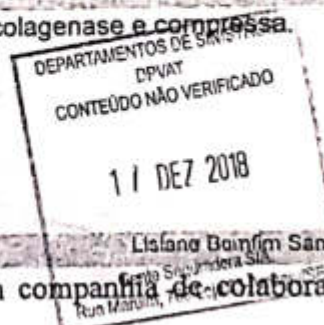
- Aguardar analgesia
- Aguardo TC de crânio e avaliação da neurologia
- Reavaliação após medicações.

Ramses Matos Couvre
CRM 4184



Paciente	Cello Mauricio Silva		Atendimento	901.114
Data Nascto.	11/07/1982	35 Anos	Prontuário	180.960
Sexo	Masculino		Di. Entrada	18/08/2017 15:08:44
Telefone	99562667		Convênio	Plamed Gold Ambulatorial
Se or / Unid.	HP - Pronto Atendimento - Adulto - 01			

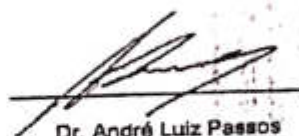
Data evolução	Liberação	Função	Tipo evolução	Especialidade	Usuário	Código prof
18/08/2017 15:13	18/08 16:31	Técnico	Anotações Enfermagem		Lisiane Bomfim Santos	
<p>Paciente admitido no alto risco, em maca, através de remoção pela Samu, acompanhado por familiar ou tec de enfermagem, em uso AVP em MSD com Jelco 20, com Ringer sendo infundido, imobilização em MID, escoriações em MSD e costas, calmo, consciente, orientado, verbalizando. Segue aos cuidados da Equipe Multiprofissional.</p>						
18/08/2017 15:15	18/08 17:11	Técnico	Anotações Enfermagem		Lisiane Bomfim Santos	
<p>Instalado Monitorização multiparametros, e em seguida verificado SSVV.</p> <p>PA: 131x79; FC: 92; ST: 97.</p> <p>Comunicado ao medico de plantão.</p>						
18/08/2017 15:35	25/08 13:57	Técnico	Anotações Enfermagem		Lisiane Bomfim Santos	
<p>Instalado 2 Equipo Macro, 1 extensor, 1 Torneirinha (permanecendo o Jelco 20 realizado pela Samu) e em seguida administrado. Novalgina IV, Profenid IV, Tramadon IV, Ringer 500ml, conforme prescrição medica. Após preparo do Tetanograma, o paciente recusou. Comunicado ao medico de plantão.</p>						
18/08/2017 15:42	18/08 16:55	Técnico	Anotações Enfermagem		Lisiane Bomfim Santos	
<p>Realizado Lavagem das escoriações com SF 0,9% 1000ml e ocluido com colagenase e compressa.</p> <p>Utilizado:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 9 Compressa 7,5x7,5cm • 1 Transfix. • 1 Aladura de 10cm; • 1 Aladura de 20cm. 						
18/08/2017 16:05	18/08 17:05	Técnico	Anotações Enfermagem		Lisiane Bomfim Santos	
<p>Encaminhado paciente para realização de Raio X, em MACA, em companhia de colaboradores do setor e familiar.</p>						
18/08/2017 16:35	18/08 17:07	Técnico	Anotações Enfermagem		Lisiane Bomfim Santos	
<p>Paciente retorna do exame, acomodado em seu leito. Realizado com sucesso.</p> <p>Comunicado ao medico de plantão.</p>						
18/08/2017 17:07	18/08 17:08	Técnico	Anotações Enfermagem		Lisiane Bomfim Santos	
<p>Encaminhado novamente paciente para realização de Raio X, em MACA, em companhia de colaboradores do setor e familiar.</p>						
18/08/2017 17:21	18/08 17:31	Técnico	Anotações Enfermagem		Lisiane Bomfim Santos	
<p>Paciente retorna do exame, acomodado em seu leito. Realizado com sucesso. Comunicado ao ortopedista e ao Cirurgião.</p>						
18/08/2017 17:27	18/08 17:33	Técnico	Anotações Enfermagem		Lisiane Bomfim Santos	
<p>Encaminhado paciente para realização de TC, em MACA, em companhia de colaboradores do setor e familiar.</p>						
18/08/2017 17:37	18/08 17:37	Técnico	Anotações Enfermagem		Lisiane Bomfim Santos	
<p>Paciente retorna do exame, acomodado em seu leito. Realizado com sucesso. Comunicado ao medico de</p>						



Paciente: CELIO MAURICIO SILVA
Identidade: 21442568 Dt. Nasc.: 11/07/1982 Sexo: M
Médico: Dr. Ayrton Andre Melo Santos (CRM 3837)
Convênio: Plamed Gold (901114 / 3595611)
Data: 18/08/2017 17:12
Ralo X Tornozelo - Direito

RADIOGRAFIAS DO TORNOZELO DIREITO

Exame sob imobilização.
Fratura distal da tibia e fíbula.
Relações articulares mantidas.
Aumento de partes moles.


Dr. André Luiz Passos
Médico Radiologista
CRM-SE 2643



CORPO CLÍNICO
PRONTOCLÍNICA ORTOPÉDICA

- Dr. Alisson Luis Lima Rodrigues
(CRM 3189)
Ortopedia Geral / Cirurgia do Quadril
- Dr. Antônio Franco Cabral
(CRM 830)
Ortopedia Geral / Traumatologia / Cirurgia
- Dr. Antônio Rocha Melo
(CRM 2232)
Ortopedia Geral / Cirurgia do Joelho
- Dr. Daniel Bispo de Andrade
(CRM 1295)
Medicina Desportiva / Ortopedias Fraturas
- Dr. Denis Cabral Duarte
(CRM 4163)
Ortopedia Geral / Cirurgia do Ombro e Cotovelo
- Dr. João Bourbon Albuquerque II
(CRM 4224)
Ortopedia Geral / Traumatologia / Cirurgia do Joelho
- Dr. Kleber César Siqueira Santana
(CRM 2213)
Ortopedia Geral / Ortopedia Pediátrica
- Dr. Kleberton César Siqueira Santana
(CRM 2481)
Ortopedia Geral / Alongamento e Reconstrução Óssea
- Dr. Lécio dos Anjos Bourbon
(CRM 2113)
Ortopedia / Traumatologia / Cirurgia do Joelho
- Dr. Leonardo Guedes de Oliveira
(CRM 2091)
Ortopedia Geral / Alongamento e Reconstrução Óssea
- Dr. Luciano Oliveira Júnior
(CRM 3191)
Ortopedia Geral / Cirurgia do Joelho
- Dr. Marluccio Andrade
(CRM 804)
Ortopedia Geral / Cirurgia do Tornozelo e Pé
- Dr. Marcos Masayuki Ishi
(CRM 2776)
Ortopedia Geral / Cirurgia da Coluna Clínica e Dor
- Dr. Márcio Moura Rocha
(CRM 3592)
Traumatologia / Cirurgia do Joelho, Tornozelo e Pé
- Dr. Masayuki Ishi
(CRM 1276)
Ortopedia Geral / Cirurgia do Joelho / Vídeo Artoscopia / Acupuntura
- Dr. Max Franco de Carvalho
(CRM 2430)
Ortopedia / Traumatologia / Cirurgia Coluna
- Dr. Michael Silveira Santiago
(CRM 2598)
Ortopedia Geral / Cirurgia do Quadril
- Dr. Paulo Cândido de Lima Júnior
(CRM 3724)
Ortopedia Geral / Cirurgia da Coluna
- Dr. Sérgio Cabral de Melo
(CRM 3385)
Ortopedia Geral / Cirurgia do Ombro e Cotovelo
- Dr. Sylvio Mauricio Mendonça Cardoso
(CRM 1277)
Ortopedia Geral / Medicina Desportiva Cirurgia do Joelho / Vídeo Artoscopia
- Dr. Walter Gomes Pinheiro Júnior
(CRM 3036)
Cirurgia da Mão e Membros Superiores



PRONTOCLÍNICA
ORTOPÉDICA

Pelvis Hannuino Silva

Relatório Médico

paciente com atual história de acidente automobilístico no dia 18/08/17, submetido a tratamentos e injeções p/ fratura do tornozelo (D) no dia 25/08/17. Atualmente a fratura se encontra consolidada. Ao exame físico apresenta quadro clínico de limitação da flexão e flexão plantar do tornozelo comparado ao lado (E), além de dores após esforços excessivos. Após a execução das atividades laborais e recreativas.

cro: 583.5
M87.
582.8

13/7/12

DR. MÁRCIO M. ROCHA
Ortopedia / Traumatologia / DE SINISTROS
Cirurgia do Pé e do Tornozelo
CRM/PE 3582 (15/08/2018)
CONTEÚDO VERIFICADO

17 DEZ 2018

Gente Seguradora S/A
Rua Marum, 786 Loja 03-Aracaju/SE

Av. Gonçalo Prado Rollemberg, 450 - Tel.: (79) 3205-6550 / 3303-5184 / 3303-5183
CNPJ: 16.213.001/0001-54 - CEP: 49015-230 - Aracaju/SE
www.prontoclinicaortopedica.com.br | prontoclinicaortopedica@gmail.com

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
CELIO MAURICIO SILVA

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSORA
21442568 **SSP** **SE**

CPF
006.802.315-44 **DATA NASCIMENTO**
11/07/1982

FILIAÇÃO
SEBASTIAO RODRIGUES
DA SILVA
MARIA DO CARMO SANTOS
SILVA

PERMISSÃO
ACC **CAT. HAB.**
AB

1ª REGISTRO
05397421535 **VALIDADE**
21/08/2021 **1ª HABILITAÇÃO**
06/01/2012

OBSERVAÇÕES
SEM OBSERVAÇÃO;

INVESTPREV
18 JUN 2019

ASSINATURA DO PORTADOR
Celio Mauricio Silva

LOCAL
ARACAJU, SE **DATA DE EMISSÃO**
23/08/2016

ASSINATURA DO EMISSOR
Luiz de Azevedo Costa Neto **LUIZ DE AZEVEDO COSTA NETO**
DIRETOR - PRESIDENTE
35650281593
SE018418449

DETRAN - SE (SERGIPE)

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1295087970

PROIBIDO PLASTIFICAR
1295087970

DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
COPIA

DPVAT
CONTEUDO NÃO VERIFICADO

1 / DEZ 2018

Scanned by CamScanner

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

CS DETRAN - SE 000000088889 Nº 013167226470
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

VIA 1 CDD RENAVAM 00423990730 R.N.T.R.C. 000000000000 EXERCÍCIO 2017

NOME
CELIO MAURICIO SILVA

PLACA NUVJ9861

CHASSI 9C2KD0540CR520751

ESPECIE TIPO PAS/MOTOCICLETA/ COMBUSTIVEL ALCO/GASOL

PLACA ANT / UF NUVJ9861/SE

MARCA / MODELO HONDA/NXR150 BROS ESD

ANO FAB. 2011

CAP. POT / CL 20CV/149CC

CATEGORIA PARTIC

VENC. COTA ÚNICA 1º

PAGO

FADIA I RVA

PARCELAMENTO / COTAS 2º

PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$) 90,32

IOF (R\$) 0,70

PRÊMIO TOTAL (R\$) 91,02

DATA DE PAGAMENTO 24/03/2017

SEGURO PAGO REF. AD EXERCÍCIO 2017

OBSERVAÇÕES

SEM RESTRICÇÕES

ARACAJU-SE

18 JUN 2019

SE Nº 013167226470 BILHETE DE SEGURO DPVAT

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT
PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA

www.seguradoralider.com.br

SAC DPVAT 0800 022 1204

INVESTPREV

EXERCÍCIO 2017 DATA EMISSÃO 24/03/2017

VIA **

CPF / CNPJ 006.802.315-44

PLACA NUVJ9861

RENAVAM 423990730

MARCA / MODELO HONDA/NXR150 BROS ESD

Nº CHASSI 9C2KD0540CR520751

ANO FAB. 2011

CAT. 3

PRÊMIO TARIFÁRIO

FNS (R\$) 81,29

DENATRAM (R\$) 9,03

CUSTO DO SEGURO (R\$) 90,32

CUSTO DO BILHETE (R\$) 4,15

IOF (R\$) 0,70

TAXA ESTAD. FELDSEGURO R\$ 185,50

DATA DE QUITAÇÃO 16/03/2017

☒ COTA ÚNICA ☐ PARCELADO

SEGURADORA LÍDER - DPVAT

CNPJ 09.248.600/0001-04



Rio de Janeiro, 11 de Julho de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190387399

Vítima: CELIO MAURICIO SILVA

Data do Acidente: 18/08/2017

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO

Senhor(a), CELIO MAURICIO SILVA

Informamos que o pagamento da indenização o Seguro DPVAT foi efetuado de acordo com as informações abaixo:

Multa:	R\$ 0,00
Juros:	R\$ 0,00
Total creditado:	R\$ 1.687,50

Dano Pessoal: Perda completa da mobilidade de um tornozelo 25%	
Graduação: Em grau médio 50%	
% Invalidez Permanente DPVAT: (50% de 25%) 12,50%	
Valor a indenizar: 12,50% x 13.500,00 =	R\$ 1.687,50

Recebedor: **CELIO MAURICIO SILVA**

Valor: **R\$ 1.687,50**

Banco: **104**

Agência: **000002175**

Conta: **000007151-0**

Tipo: **CONTA POUPANÇA**

NOTA: O percentual final indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, e é aplicado sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente que é de R\$ 13.500,00.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, retorne ao mesmo ponto de atendimento onde foram apresentados os documentos do pedido do seguro DPVAT da cobertura Invalidez Permanente ou acesse o nosso site para maiores informações.

Quer retornar ao mercado de trabalho? Faça parte do Recomeço, programa da Seguradora Líder para beneficiários do Seguro DPVAT. Cadastre seu currículo e confira vagas de emprego em: www.seguradoralider.com.br/recomeco.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você



PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Escolha o(s) tipo(s) de cobertura: ☐ DAMS (DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTARES) ☒ INVALIDEZ PERMANENTE ☐ MORTE

2 - Nº do sinistro ou ASL:

3 - CPF da vítima:

4 - Nome completo da vítima:

006.802.315-44

Celso Mauricio Silva

REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS E FAIXA DE RENDA MENSAL DA PESSOA FÍSICA (VÍTIMA/BENEFICIÁRIO/REPRESENTANTE LEGAL) - CIRCULAR SUSEP Nº 445/2012

5 - Nome completo:

6 - CPF:

Celso Mauricio Silva

006.802.315-44

7 - Profissão:

8 - Endereço:

9 - Número:

10 - Complemento:

Assistente Comercial Travessa Helena Okabe

27

Casa 04

11 - Bairro:

12 - Cidade:

13 - Estado:

14 - CEP:

Centro

Barra dos Lequeiros

Sergipe

49140-000

15 - E-mail:

(79) 3222.0817

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL (PAIS, TUTOR E CURADOR) PARA VÍTIMA/BENEFICIÁRIO MENOR ENTRE 0 A 15 ANOS OU INCAPAZ COM CURADOR

17 - Nome completo do Representante Legal:

18 - CPF do Representante Legal:

19 - Profissão do Representante Legal:

Declaro, para todos os fins de direito, residir no endereço acima informado, conforme comprovante anexo (ANEXAR CÓPIA).

20 - RENDA MENSAL DO TITULAR DA CONTA:

☒ RECUSO INFORMAR

☐ R\$1.00 A R\$1.000,00

☐ R\$2.501,00 ATÉ R\$5.000,00

☐ SEM RENDA

☐ R\$1.001,00 ATÉ R\$2.500,00

☐ ACIMA DE R\$5.000,00

21 - DADOS BANCÁRIOS:

☐ BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO

☐ REPRESENTANTE LEGAL DO BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO (PAIS, CURADOR/TUTOR)

☒ CONTA POUPANÇA (Somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção)

☐ CONTA CORRENTE (Todos os bancos)

☐ Bradesco (237)

☐ Itaú (341)

☐ Banco do Brasil (001)

☒ Caixa Econômica Federal (104)

Nome do BANCO:

AGÊNCIA:

2375

CONTA:

7351

0

AGÊNCIA:

CONTA:

(Informar o dígito se existir)

(Informar o dígito se existir)

(Informar o dígito se existir)

(Informar o dígito se existir)

Autorizo a Seguradora Líder a creditar na conta bancária informada, de minha titularidade, o valor da indenização/reembolso do Seguro DPVAT a que eu tiver direito, reconhecendo e dando, desde já e somente após a efetivação do crédito, quitação total do valor recebido.

22 - DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE INVALIDEZ PERMANENTE

Declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT por invalidez permanente, uma vez que (assinalar uma das opções):

☒ Não há IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou

☐ O IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins do Seguro DPVAT; ou

☐ O IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do pedido.

Pelo motivo assinalado, solicito o prosseguimento da análise do meu pedido de Indenização do Seguro DPVAT, por invalidez permanente, com base na documentação apresentada, concordando, desde já, em me submeter à avaliação médica às custas da Seguradora Líder para verificação da existência e quantificação das lesões permanentes decorrentes de acidente de trânsito, conforme Lei 6.194/74, art. 3º, §1º, declarando que esta autorização não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestá-la, caso discorde do seu conteúdo.

DECLARAÇÃO DE ÚNICOS BENEFICIÁRIOS - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE MORTE

23 - Estado civil da vítima:

☐ Solteiro

☐ Casado (no Civil)

☐ Divorçado

☐ Separado judicialmente

☐ Viúvo

24 - Data do óbito da vítima:

25 - Grau de Parentesco com a vítima:

26 - Vítima deixou companheiro(a):

☐ Sim

☐ Não

27 - Se a vítima deixou companheiro(a), informar o nome completo:

28 - Vítima teve filhos?

☐ Sim

☐ Não

29 - Se tinha filhos, informar Vivos:

30 - Vítima deixou nascituro (val nascer)?

☐ Sim

☐ Não

31 - Vítima teve irmãos?

☐ Sim

☐ Não

32 - Se tinha irmãos, informar Vivos:

33 - Vítima deixou pais/avós vivos?

☐ Sim

☐ Não

Estou ciente de que a Seguradora Líder pagará, caso devida, a indenização do Seguro DPVAT por morte àqueles beneficiários que se apresentarem e provarem esta condição, estando ciente, ainda, de que qualquer omissão ou declaração não verdadeira poderá gerar a obrigação de ressarcir o valor recebido, além da responsabilidade criminal por infração do artigo 299 do Código Penal.

34

35 - Nome legível de quem assina a rogo/a pedido

36 - CPF legível de quem assina a rogo/a pedido

37 - (*) Assinatura de quem assina a rogo/a pedido

38 - 1ª | Nome:

CPF:

INVESTPREV

Assinatura da testemunha

39 - 2ª | Nome:

CPF:

18 JUN 2019

Assinatura da testemunha

40 - Local e Data, Aracaju-SE, 13 Junho 2019

41 - Assinatura da vítima/beneficiário (declarante)

42 - Assinatura do Representante Legal (se houver)

43 - Assinatura do Procurador (se houver)



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA ESPECIALIZADA DE DELITOS DE TRÂNSITO - ARACAJU - SE

491554

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 000088/2017

Data/Hora Início do Registro: 24/08/2017 13:58
Delegado de Polícia: Daniela Ramos Lima Barreto

DADOS DO REGISTRO
Data/Hora Fim: 24/08/2017 15:11



DADOS DA OCORRÊNCIA

Afeto: Delegacia Especializada de Delitos de Trânsito

Data/Hora do Fato: 18/08/2017 14:00

Local do Fato

Município: Aracaju
Logradouro: Avenida Ministro Geraldo Barreto Sobral
CEP: 49.025-090

Bairro: Jardins
Nº: 890-1108

Tipo do Local: Via Pública

Natureza	Meio(s) Empregado(s)	Lei Maria da Penha
1: Tentativa de Homicídio (Art. 121 - Caput - do CPB)	Veículo	Não

ENVOLVIDO(S)

Nome: JOÃO GUILHERME LOPES DE MENDONÇA MENDES (SUPOSTO AUTOR/INFRATOR)

Nome: CÉLIO MAURÍCIO SILVA (VÍTIMA, COMUNICANTE)

OBJETO(S) ENVOLVIDO(S)

Envolvido(a)	Grupo	Subgrupo	Descrição	Vínculo
Célio Maurício Silva	Veículo	Motocicleta/Motoneta	Placa NVJ9861, Chassi 9C2KD0540CR520751	Proprietário
João Guilherme Lopes de	Veículo	Automóvel/Utilitário/Camio	Placa QKQ7251, Chassi 9BFZH55L5F8203305	Possuidor

RELATO/HISTÓRICO

Relata a vítima que conduzia a motocicleta Honda NXR Bros, placa NVJ-9861/SE, pela referida avenida Josino José de Almeida, sentido sul/norte, pela faixa da esquerda, e quando se aproximou do radar, próximo a ponte Gilberto Villanova, percebeu que um carro branco forçava a passagem, atrás do declarante; QUE não teve como dar passagem naquele momento, mas tão logo conseguiu espaço, passou para a faixa da direita, tendo então gritado para o motorista do carro: "passe por cima"; QUE nada mais fez, contudo, logo em seguida o trânsito ficou mais pesado e acabou passando pelo carro branco; QUE um pouco mais adiante, logo depois do viaduto do "Mergulhão", percebeu que o carro branco começou a segui-lo, mas não tinha certeza se era o mesmo carro QUE acelerou um pouco mais, pois, ficou com medo, saindo da faixa da direita para a faixa do meio; QUE nesse momento teve certeza que o condutor do carro iria fazer alguma manobra brusca porque ele também passou para a direita e começou a acelerar o carro, se aproximando cada vez mais do declarante, até o momento em que o atingiu a traseira da moto, o desequilibrando; QUE não lembra o que aconteceu em seguida, tendo recobrado a consciência quando estava caído no chão e um homem o estava ajudando; QUE acredita que ele seja da área da saúde, pois, ele estava com um estetoscópio preso ao pescoço; QUE este homem, inclusive, o acompanhou até o hospital; QUE foi atendido pelo SAMU e encaminhado ao hospital Primavera; QUE no hospital foi constatada escoriações pelo corpo e fratura no tornozelo direito

ASSINATURAS

Carlos Rodrigo Ribeiro de Almeida
Responsável pelo Atendimento

Célio Maurício Silva
Vítima

Carlos Rodrigo Ribeiro de Almeida
Escritório de Polícia Judiciária



Célio Maurício Silva
Comunicante

Delegado de Polícia Civil Daniela Ramos Lima Barreto
Impresso por: Carlos Rodrigo Ribeiro de Almeida
Data de Impressão: 24/08/2017 15:13
Protocolo nº: Não disponível

Página 1 de 2

PPE - Procedimentos Policiais Eletrônicos

INVESTPREV

18 JUN 2019

Nome: **Celio Mauricio Silva** Prontuário: **Atendimento 901114**
Data Nasc: **11/07/1982** Idade: **35a 1m 7d** CNAS: **RG: 21442568** CPF: **006.802.315-44** Sexo: **Masculino** Cor: **Estado Civil**
Profissão: **Convênio Plamed** Nacionalidade: **Pai: Mãe: Maria do Carmo Santos Silva**
Endereço: **Aracaju - Rua Lenio de Moura Moraes, 155 bloc 2** Bairro: **Farolan**
Cidade: **Aracaju** UF: **SE** CEP: **49031040**
Dt. Admissão: **18/08/2017** Responsável: **mesmo** Telefone: **99562667** Fone Adic.

Data Anamnese: **18/08/2017 15:15:39** Profissional: **Ramses Matos Couvre** Conselho: **CRM 4184**

Cirurgia Geral

Anamnese:

Paciente trazido pelo SAMU 192 em protocolo e com regulação prévia. Refere acidente moto x carro. Refere que fazia uso de capacete que foi ejetado. Relato de síncope pelo SAMU, nega vômitos. Nega alergias e comorbidades. No momento refere dor em escoriações, Perna direita (suspeita de fratura), dor a inspiração profunda. Refere desconhecer ultima vacina anti-tetânica.

Ao exame:

Dados vitais:

SAMU → PA= 130x80 mmHg FC= 79 bpm SatO2= 99%

HOSPITAL → PA= 131x79 mmHg FC= 92 bpm SatO2= 97%

A) Vias aereas permeas, com colar cervical, nega dor cervical a palpação ou mobilização

B) MV+, sem RA

C) Sem sangramentos ativos

D) Glasgow 15, pupilas isocóricas e fotorreagentes

E) Abdome flácido e indolor, sem sinais de irritação peritoneal. Pelve estável e sem dor as manobras.

Escoriações em face, dorso, MSD, MID. Imobilização em perna direita por suspeita de fratura fechada.

Conduta:

- Curativos com collagenase
- Lavar ferimentos
- Analgesia
- Tetanogama
- R-x de cervical, tórax, pelve, perna direita
- TC de crânio
- Avaliação da ortopedia após radiografias
- Avaliação da neurocirurgia após TC de crânio

[Assinatura]
Ramses Matos Couvre
CRM 4184



INVESTPREV

18 JUN 2019



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600875

DATA:

05/09/2020

MOVIMENTO:

Ato Ordinatório

DESCRIÇÃO:

Manifeste-se a parte autora, em 15 (quinze) dias, acerca da contestação, inclusive sobre eventual alegação de fato impeditivo, modificativo ou extintivo de seu direito, bem como sobre os documentos apresentados (art. 341 e art. 437, CPC).

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim